

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARISA ELENICE SILVA LIMA

**A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PREVENÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA NA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA - COMARA**

**BELÉM/PA
2010**

MARISA ELENICE SILVA LIMA

**A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PREVENÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA NA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA - COMARA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – PPGS/ UFPA como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social sob a orientação da Orientadora Prof^a Dr^a Vera Lúcia Batista Gomes.

**Belém-PA
2010**

MARISA ELENICE SILVA LIMA

**A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PREVENÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA NA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA - COMARA**

Banca examinadora:

Prof. Dra Vera Lúcia Batista Gomes

Orientador/UFPA

Doutora em Sociologia do Trabalho

Profa. Dra. Nádia Fialho

Examinadora/UFPA

Doutora em Serviço Social

Profa. Dra. Andrea Bittencourt

Examinador/UFPA

Doutora em Sociologia

Aprovada em 31/10/2010

***Ao meu pai Fabiano Lima (In memória) por ter
acreditado que um dia eu chegaria até aqui,
quando muitos duvidaram.***

***“Ninguém entra em um mesmo rio uma segunda vez,
pois quando isso acontece já não se é o mesmo,
assim como as águas que já serão outras.” Heráclito***

AGRADECIMENTOS

Àquele que, antes que eu estivesse no ventre da minha mãe, já tinha planos para a minha vida e que foi capaz de morrer para garantir que esses planos se tornassem realidade – Jesus Cristo, meu salvador, consolador nos momentos de angústia, renovador das forças, certeza de que a vitória é garantida a todo aquele que Nele crê.

À minha mãe, pelo amor e paciência quando o cansaço do dia-a-dia não me permitiu lhe dá a devida atenção e carinho.

Aos meus irmãos e familiares, pelo incentivo, pela compreensão, pela paciência nos momentos de desespero.

Ao Renato Leite, pela paciência, pelo incentivo, pelos conhecimentos compartilhados que contribuíram para a elaboração desta dissertação.

À minha amiga “MA”, Fábila Jaqueline, com quem desde a graduação compartilho momentos de alegria e tristeza, me incentivando quando as forças estavam acabando e não me deixou desistir.

À minha orientadora Prof. Dr^a. Vera Lúcia Batista Gomes que, desde a graduação compartilha parte do seu conhecimento e que foram de grande importância para a elaboração desta dissertação.

Às Prof. Dr^a. Adriana Azevedo e Andréa Bittencourt, pela imensa contribuição na banca de qualificação.

As Prof. Dr^a Nádia Fialho e Andrea Bittencourt, pelas considerações feitas durante a defesa deste trabalho.

À Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA pelas amizades conquistadas, em especial: Ao Cel Av José Carlos Silva (Comandante, Chefe e amigo pela liberação para a realização do mestrado, pelo incentivo para uma maior qualificação profissional); ao Maj Av Marco Antonio Carnevale Coelho (pelo incentivo, por acreditar que eu seria capaz, por me ouvir nos momentos em que os problemas pessoais ou profissionais tentaram me fazer desistir); ao Ten José Paulo Pereira Filgueiras (chefe imediato e amigo pela confiança profissional, pelo incentivo para concretização de um sonho); à minha grande amiga Mônica Farias que realizava os atendimentos dos usuários do Serviço Social nos dias que eu precisava me ausentar para frequentar as aulas do curso de mestrado, pelo incentivo, por

não me deixar esmorecer; ao Anderson Granjeiro (Técnico de Segurança do Trabalho), Ten Raphael Luna (Médico) por acreditarem que juntos formaríamos uma equipe interdisciplinar que contribuiria para a troca de conhecimentos. E é claro a todos os militares e funcionários civis que contribuíram para a realização da pesquisa de campo.

Ao Ten Jair Mazzini que conheci quando as forças já não existiam mais, quando os ânimos pareciam faltar, e mesmo sem saber me passou força para que eu pudesse voar o mais alto dos vãos: a conclusão desta dissertação

A todos que, mesmo distante, torcem pelo meu sucesso e pela realização dos meus sonhos.

E aqueles que através de suas críticas me fortalecem para que eu busque avançar cada vez mais na minha qualificação profissional.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a intervenção profissional do Assistente Social na Prevenção de Acidente de Trabalho na Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA, no período de 2007 a 2009, na perspectiva de contribuir para a prevenção de acidentes de trabalho, o que constitui uma nova demanda posta para a profissão nesse espaço sócio-ocupacional. Teve como aporte teórico-metodológico a teoria marxista a qual possibilitou desvendar as condições objetivas de trabalho e de vida dos pesquisados, assim como, compreender as demandas postas ao serviço social, particularmente, àqueles relacionados ao acidente de trabalho. Os dados utilizados na pesquisa foram do tipo primário e secundário. Os primários foram coletados através de documentos da instituição, tais como: relatórios do serviço social, planos de ação do serviço social e com entrevistas realizadas com os funcionários, encarregados, gerentes, equipe interdisciplinar e profissionais dos recursos humanos; os secundários tiveram como fonte: a sistematização dos atendimentos realizados durante esse período. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o serviço social, a partir de 2007, na COMARA como uma área de saber e uma profissão que contribui para a prevenção de acidente de trabalho, a medida que a intervenção profissional do assistente social não é mais caracterizada pela atuação somente no Pós-acidente de trabalho e, sim, na prevenção de acidente de trabalho, o que impacta na redução dos acidentes de trabalho, nessa organização.

Palavras-Chaves: Prevenção de acidente de trabalho, acidente de trabalho, serviço social, intervenção profissional e o assistente social.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the professional intervention of Social Work in Accident Prevention in the Airport Commission of the Amazon Region - COMARA in the period 2007 to 2009, with a view to contributing to the prevention of occupational accidents, which is put a new demand for the profession in the socio-occupational. Had the theoretical and methodological Marxist theory which allowed to reveal the objective conditions of work and life of those surveyed, as well as understand the demands placed on social services, particularly those related to the work accident. The data used in the study were primary and secondary type. The primary data were collected through documents of the institution, such as social service reports, action plans, social service and interviews with employees, supervisors, managers, and interdisciplinary team of professional human resources, the secondaries were from: the systematization of care provided during that period. The survey results showed that social service, from 2007, in COMARA as an area of knowledge and a profession that contributes to the prevention of accidents at work, as the professional intervention of social workers is no longer characterized by the performance only in post-accident and, yes, the prevention of accidents at work, impacting on the reduction of accidents at work in this organization.

Key Words: Prevention of occupational accidents, accident at work, social service, professional intervention and social worker.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Apresentação do organograma da composição Hierárquica do Ministério da Defesa	35
Ilustração 2 - Mapa que demarca os canteiros de obra da COMARA	37
Ilustração 3 - Foto da Pista de Ipiranga (AM) construída pela COMARA em 2006	37
Ilustração 4 – Foto da SEDE da COMARA localizada em Belém – Pará	38
Ilustração 5 - Apresentação do Organograma da Composição Hierárquica da COMARA	39
Ilustração 6 – Foto do Destacamento de Apoio em Manaus	39
Ilustração 7 - Foto do Destacamento de Apoio em São Gabriel da Cachoeira	40
Ilustração 8 - Foto do Destacamento de Apoio em Tabatinga	40
Ilustração 9 - Foto dos Servidores da COMARA contratados em Tírios	41
Ilustração 10 - Foto Aérea do Pavilhão de Máquinas	42
Ilustração 11 – Foto dos Equipamentos no Pavilhão de Máquinas	42
Ilustração 12 - Foto Aérea do Porto Fluvial Brucutu	43
Ilustração 13 - Foto da Construção das Balsas no Porto Fluvial Brucutu	43
Ilustração 14 - Foto Aérea do Transporte de Equipamentos e Insumos para os canteiros	44
Ilustração 15 – Foto dos Servidores da COMARA durante a obra em Tírios	47
Ilustração 16 – Foto dos Servidores da COMARA durante a obra em Tírios	47
Ilustração 17 – Foto dos Servidores da COMARA durante a obra em Yauaretê em 2009.	48
Ilustração 18- Foto do Treinamento de Combate á Incêndio realizado no Porto Fluvial Brucutu	50
Ilustração 19 – Foto do Treinamento de Combate á Incêndio realizado na Sede em Belém (PA)	51
Ilustração 20 – Foto do Treinamento para membros da CIPA	51

Ilustração 21 - Foto da Ginástica Laboral durante o Treinamento para membros da CIPA	52
Ilustração 22 - Foto da Dinâmica realizada o Treinamento para membros da CIPA	52
Ilustração 23 – Foto da Aula de Primeiros Socorros durante o Treinamento para membros da CIPA	53
Ilustração 24 – Foto da Campanha de Vacinação (Gripe H1N1) realizada na Sede em Belém (PA)	54
Ilustração 25 – Identificação da ocorrência de acidentes de trabalho segundo o tempo de trabalho na COMARA	65
Ilustração 26 – Identificação das causas dos Acidentes ocorridos na COMARA no período de 2007 a 2009	66
Ilustração 27 - Quadro comparativo das Legislações do Ministério do Trabalho e Emprego e Comando da Aeronáutica sobre Segurança no Trabalho e Saúde do Trabalhador	68
Ilustração 28 –Fluxograma que mostra a Intervenção Profissional do Assistente Social, segundo a ocorrência de acidente de trabalho	74
Ilustração 29 - Fluxograma que mostra a Intervenção Profissional do assistente social segundo os usuários do Serviço Social	77
Ilustração 30 - Identificação dos profissionais que atuam na prevenção de acidente de trabalho na COMARA	79
Ilustração 31 - Fluxograma das ações realizadas pelo assistente social em situação de acidente de trabalho	82

LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ASO - Atestado Sanitário Ocupacional

CAT - Comunicação de acidente de trabalho

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho

CLPS - Consolidação das Leis da Previdência Social

COMAER - Comando da Aeronáutica

COMARA - Comissão de Aeroportos da Região Amazônica

CONGAR - Comando Geral de Operações Aéreas

DA - Divisão Administrativa

DACO –MN - Destacamento de Apoio em Manaus (DACO-MN).

DACO – UA - Destacamentos de São Gabriel da Cachoeira

DACO – TT - Destacamento em Tabatinga

DE - Divisão de Engenharia

DI - Divisão de Intendência

DIRINT - Diretoria de Intendência (DIRINT)

DL - Divisão de Logística

DPC - Divisão de Planejamento e Controle

EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas

EPI - Equipamento de Proteção Individual

FAB - Força Aérea Brasileira

FAS - Fundo de Assistência Social

FGTS - Fundo de Garantia

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

LTCAT - Laudo Técnico de Condições de Ambiente de Trabalho

MD - Ministério da Defesa

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

NR - Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego

OM - Organização Militar

PFB - Porto Fluvial Brucutu

PSD - Partido Social Democrático

PAVMMAC - Pavilhão das Máquinas

PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PPRA - Programa de Prevenção de Risco Ambiental

SAS - Sistema de Assistência Social

SDEE - Subdiretoria de Encargos Especiais

SPVEA - Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUS - Sistema Único de Saúde (SUS)

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. O SURGIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS E O SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS	22
2.1 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS	22
2.2 O SURGIMENTO DA COMARA	34
2.3 O SERVIÇO SOCIAL NA COMARA	45
3. TRABALHO NA COMARA E A OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO	56
3.1 DETERMINANTES DOS PRINCIPAIS ACIDENTES DE TRABALHO OCORRIDOS NA COMARA	62
3.2 SEGURANÇA NO TRABALHO	66
4. CONTRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL PARA A PREVENÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO	72
4.1 A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DA COMARA.	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

1 INTRODUÇÃO

A partir da década 60, a Amazônia vem passando um profundo processo de reestruturação sócio-espacial e reordenamento histórico-cultural, resultante da tentativa de “integração” e incorporação da região na divisão nacional / internacional do trabalho. Nesse período, a região amazônica tornou-se estratégica para o projeto da nação que o Estado brasileiro autoritário projetava para o país naquele momento histórico.

Para a realização de tal projeto, a prioridade do governo militar era “modernizar” a Amazônia. Assim, buscou a modernização do território por meio de “uma tecnologia espacial” que lhe impôs uma malha de controle técnico e político, uma “malha programada”, constituída pelo conjunto de programas e planos governamentais colocando a Amazônia na condição de uma fronteira de recursos naturais que orientou esse processo de ocupação da Amazônia sendo chamado de *economia de fronteira*, pautado na idéia de progresso e desenvolvimento.

Entre os resultados dessa estratégia de ocupação e modernização da região, poderia-se, genericamente, destacar as “*comunidades tradicionais*” (índios, pescadores, populações quilombolas, seringueiros, trabalhadores rurais, etc.) que lutam para permanecer nas áreas por elas, historicamente, ocupados. Enquanto o *Estado* como agente ordenador do território através da construção de infra-estruturas (barragens, campos de treinamento militar, base de lançamento de foguetes, áreas reservadas à mineração, áreas de conservação, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos) vêm afetando, nos aspectos econômicos, sociais e culturais os territórios dessas populações. Para amenizar os conflitos com essas populações, foi utilizado o argumento de uma Política de Defesa Nacional, tendo a segurança como uma condição que permite ao País a preservação da sua soberania e da sua integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, estando a nação livre de pressões e ameaças de qualquer natureza.

Nesse cenário, a Força Aérea Brasileira, tem o papel de criar as estratégias e o poder aeroespacial para a manutenção da segurança da Amazônia, vinculadas às ações de desenvolvimento e integração regional, proteção ao meio ambiente, controle, monitoração e policiamento do espaço

aéreo às fronteiras das pistas que são feitas a partir da construção de pistas de pouso que permite o acesso rápido a locais geograficamente de difícil acesso e a construção e manutenção dessas pistas que são feitas pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - COMARA.

A natureza do trabalho desenvolvido na COMARA para a prevenção de acidente de trabalho tem sido significativa. Por esta razão o projeto de pesquisa que subsidiou a elaboração desta dissertação de mestrado que trata da intervenção profissional do assistente social na prevenção de acidente de trabalho na COMARA constitui o objeto de estudo para elaboração desta dissertação de mestrado, na qual procurou-se identificar a contribuição do assistente social para a redução dos acidentes de trabalho, principalmente, durante a alta produtividade nos canteiros de obra para recuperação, ampliação e construção de pistas de pouso na região amazônica, de acordo com as metas do Comando da Aeronáutica - COMAER.

O interesse por esse objeto de estudo surgiu a partir da atuação profissional da autora nesta Organização Militar – OM, onde a demanda do dia-a-dia, posta ao Serviço Social possibilitou conhecer as condições de trabalho da mesma.

Tal interesse tornou-se mais aguçado pelo fato de que após alguns meses de inserção profissional nessa Organização, foi solicitado a este profissional um artigo que evidenciasse a intervenção profissional do assistente social na COMARA, sendo este apresentado em um dos eventos promovidos pela Divisão de Serviço Social do Comando da Aeronáutica sediada no Rio de Janeiro.

Estudos e pesquisas constatarem que as transformações ocorridas na sociedade capitalista, nas últimas décadas têm provocado demandas que estão sendo postas para a profissão de serviço social a qual vem assumindo um duplo desafio: o primeiro deles é o de situar a reestruturação produtiva no contexto da crise capitalista contemporânea, qualificando-a como um processo de restauração econômica do capital e ambiente de intervenção política das classes e do Estado nas condições de reprodução social; e o segundo consiste em identificar as mediações que conectam a experiência do Serviço Social as mudanças em curso (MOTA: 2000, p. 23).

Essas transformações ocorridas na sociedade capitalista, reconduziram a exigência de novas competências para o assistente social, que antes era, em geral, considerado operador terminal de políticas sociais. Com efeito, novas habilidades passaram a ser requisitadas que antes sequer eram pensadas para esse profissional, tais como: comunicação, flexibilidade, polivalência, domínio de informática, interdisciplinaridade, dentre outras.

Neste contexto, as empresas passam a admitir profissionais objetivando contribuir para a nova organização da produção haja vista que as mesmas começaram a desenvolver vários programas que pudessem responder à nova forma de organização da produção, dentre as quais as ações sócio-educativas voltadas para a prevenção de acidente de trabalho.

Na COMARA nos últimos anos, as principais demandas postas ao Serviço Social, estão relacionadas à segurança do trabalho devido os altos índices de acidentes que ocorrem durante a alta produtividade nos 18 (dezoito) canteiros de obra, ou seja, locais de trabalho, onde ocorre a alta produção da construção dos aeródromos.¹

A origem do acidente de trabalho remonta a história do próprio homem que sob o ponto de vista da objetividade material, é um ser vivo dotado de vida própria, isto é, é um ente biológico, passível a várias reações, incluindo as químicas e físicas necessitando de saúde, higiene e segurança física. Na luta pela sobrevivência, evoluiu desde a atividade de caça e pesca, ao cultivo da terra, à extração de minérios até a produção em grande escala nas indústrias.

Ao longo de sua história, principalmente, após a Revolução Industrial, o mundo modificou-se em seus costumes, formas de vida e, nas relações de trabalho, uma vez que o advento da Revolução Industrial proporcionou o surgimento da máquina a vapor na Inglaterra e a modernização do modo de produção, provocando sérias mudanças na sociedade, sobretudo, nos aspectos sociais, econômicos e políticos, que, posteriormente, foram vivenciadas pelos países que adotaram o modelo de produção capitalista industrial.

No que se refere aos aspectos sociais, tais mudanças ocasionaram a degradação da vida do trabalhador devido às péssimas condições de trabalho e pelos baixos salários que levaram os trabalhadores assalariados para uma

¹ Área destinada a pouso e decolagem de aeronaves, e ao atendimento delas.

situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, um alto índice de acidentes de trabalho, decorrentes da exploração da força de trabalho a que estavam submetidos, pois, o maior objetivo do processo de trabalho é a acumulação do capital.

Os impactos da Revolução Industrial ocorridos na vida e na saúde dos trabalhadores, em particular, na Europa Ocidental (Inglaterra, França e Alemanha), no século XIX têm sido, ao longo da história, objeto de inúmeros estudos desenvolvidos por sociólogos e estudiosos de áreas afins, ou seja, pelas chamadas Ciências Sociais, visto que as condições de trabalho longo, penoso e perigoso, e os ambientes de trabalho agressivos têm causado graves danos à saúde dos trabalhadores, ocasionando também acidentes graves, mutilantes e fatais, como: intoxicação aguda e outros agravos à saúde que impactaram, principalmente, as crianças e as mulheres.

Em consequência, houve uma evolução das leis que garantem os direitos aos trabalhadores, pois, a Revolução Industrial deu uma nova fisionomia ao processo de produção na Europa e em outros países, visto que as máquinas provocaram mudanças nas suas condições de trabalho naquele momento da história.

A partir das primeiras experiências do trabalho pode-se perceber que este processo trouxe conseqüências desastrosas para a saúde do trabalhador que passou a movimentar-se como se fosse um animal comandado pelo braço forte do capital a serviço de sua acumulação.

Todas essas mudanças no processo de trabalho conduziram à intensificação das tarefas e as tornaram perigosas, penosas, gerando impactos negativos para a saúde do trabalhador, pois, o objetivo dos capitalistas é o aumento da produtividade e a obtenção de lucro extraídos por meio da alienação do trabalhador.

Os novos modelos de produção repercutiram no mundo do trabalho e, conseqüentemente passou a ser exigido a intensificação das jornadas de trabalho e das tarefas executadas tornando-se cada vez mais perigosas e penosas, proporcionando o surgimento de doenças que são decorrentes ou agravadas por esta nova condição de trabalho, causando impactos negativos sobre a saúde do trabalhador, que atinge diretamente a sua família.

Diante deste contexto histórico, a base teórica para análise do objeto de estudo ora proposto, isto é, a contribuição da intervenção profissional do assistente social para a prevenção de acidentes de trabalho na COMARA, foi a teoria marxista, visto que a mesma propiciou a sua compreensão na perspectiva totalidade social, a partir da sua historicidade. Constatou-se, então que as ações sócio-educativas observadas pelo assistente social, em articulação com profissionais das demais áreas do saber contribuíram para a prevenção de acidente de trabalho na referida organização. Dentre essas ações podem ser destacadas: os treinamentos, a criação da CIPA, a elaboração dos programas de segurança no trabalho, as quais são previstas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O método dialético permitiu a aproximação com o cotidiano de trabalho dos servidores e a constatação de que o mesmo interfere na realização das suas atividades considerando que as condições de trabalho devem ser adequadas, a fim de propiciar segurança ao trabalhador, embora tenha sido constatado que os altos índices de acidentes ocorram próximo ao término do contrato de trabalho.

Assim, neste estudo se procurou conhecer a intervenção profissional do assistente social, voltada para a prevenção de acidentes de trabalho na COMARA, identificando as estratégias que, em geral, são utilizadas para a redução dos números de acidentes ocorridos entre os servidores da referida instituição. Partiu-se da hipótese de que a intervenção profissional do assistente social desenvolvida nessa OM, para a prevenção de acidentes de trabalho, caracterizada por ações sócio-educativas realizadas por este profissional se constituem instrumentos de conscientização dos trabalhadores sobre as suas condições objetivas de trabalho, o que contribuiu para a redução de acidente de trabalho na referida instituição, à medida que segundo ROLO (2000, p 4-5) (...) a segurança física será tudo o que o homem necessita ao longo da sua vida, para defender e proteger o seu corpo, a começar pela satisfação das suas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais essenciais e terminar na defesa contra agentes e riscos exteriores.

A prevenção de acidentes de trabalho é de suma importância para garantir a segurança no trabalho e a saúde do trabalhador, visto que elimina fatores determinantes do acidente. Para tal, faz-se necessário a presença de uma equipe interdisciplinar, na qual o assistente social tem um papel

fundamental, visto que a sua intervenção profissional passou a ser propositiva, isto é, prevê, juntamente com todo corpo funcional da COMARA, os fatores de riscos de acidentes de trabalho, criando estratégias para enfrentá-los, rompendo com as práticas realizadas somente, no pós-acidentes.

Para atender as demandas sociais, em qualquer espaço sócio-ocupacional, torna-se necessário que o assistente social esteja atento para intervir em situações singulares. Sendo assim, o assistente social na COMARA criou estratégias de intervenção profissional que apesar de partir de uma situação imediata que aparecia no dia a dia do seu trabalho, esta intervenção extrapolava, à medida que propiciava a articulação de forças sociais necessárias para o enfrentamento das causas dos acidentes de trabalho.

Para tal, foi necessário que o assistente social se apropriasse de um acervo de conhecimentos teórico-metodológico capaz de possibilitar a leitura crítica das condições de trabalho e a sua relação com os determinantes econômicos, políticos e sociais da sociedade mais geral, para que se tornasse possível superar as “armadilhas” presentes no cotidiano profissional que muitas vezes mascaram as reais determinações dos fenômenos sociais. É na relação entre a universalidade e a singularidade que se torna possível apreender as particularidades de uma determinada situação. Nesse sentido, a intervenção profissional do assistente social realizada no período em estudo (2007-2009), estava voltada para a superação da “mera” aparência na busca de apreender o que está na sua essência. Para isso, foi fundamental que esse profissional sempre mantivesse uma postura crítica, questionadora, não se contentando com o que aparece a ele imediatamente.

Assim, o profissional de Serviço Social na COMARA pode planejar a sua ação com maior propriedade, visando à transformação dessa realidade. Dessa forma, no momento de sua intervenção profissional, o assistente social construiu estratégias de ação, utilizando-se de instrumentos e técnicas do Serviço Social.

O recorte analítico do objeto de estudo, foi referente ao período de 2007-2009. Para uma aproximação sucessiva do real foi realizado um levantamento bibliográfico, identificando obras, artigos científicos e periódicos a respeito das variáveis centrais definidas para o estudo estando entre elas: trabalho,

precarização do trabalho, acidente e prevenção de acidentes do trabalho, intervenção profissional e seguridade social.

O instrumento principal utilizado para coleta de dados foi a entrevista, pois, segundo LEWGOY, 2007, trata-se de um instrumento de coleta de dados que foi utilizada pelos profissionais do Serviço Social junto aos usuários para levantamento e registro de informações. Esta técnica visa compor a história de vida, definir procedimentos metodológicos, e colaborar no diagnóstico social. A entrevista é um instrumento de trabalho utilizado conseqüentemente pelo assistente social, e através dela é possível produzir confrontos de conhecimentos e objetivos a serem alcançados. É na entrevista que uma ou mais pessoas podem estabelecer uma relação profissional, assim tanto quem entrevista, quanto quem é entrevistado saem transformados através do intercâmbio de informações. Foram sujeitos desta pesquisa, os gerentes e os encarregados das obras, os profissionais da administração, da equipe interdisciplinar (assistente social, psicóloga, médico, engenheiro de segurança no trabalho e técnico de segurança no trabalho) e os servidores que sofreram acidente de trabalho até o ano de 2007, período não havia um programa ou projeto de prevenção de acidente e a intervenção profissional do assistente social ainda era baseada no pós-acidente de trabalho. A pesquisa teve também como sujeito, aqueles que sofreram acidente em 2008 e 2009, quando as primeiras ações sócio-educativas foram realizadas e o assistente social passou a ter como objeto de intervenção, a prevenção de acidentes.

O tratamento dos dados coletados foi feito através de um exame minucioso, transformando-os em dados quantitativos e qualitativos o quê deu um novo caráter para a pesquisa. A análise dos dados coletados e a sua organização em quadros, gráficos, organogramas, fotos, os depoimentos dos pesquisados foram identificados por letras seguidas de números. Para melhor compreender a realidade pesquisada, os dados foram apresentados em dois níveis: A interpretação e a explicação dos mesmos. Assim, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: A primeira parte apresenta um breve histórico sobre as Forças Armadas e o surgimento do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, o surgimento da COMARA e a intervenção profissional do assistente social nesta Comissão, tendo como principal demanda a segurança no trabalho e a saúde do trabalhador.

A segunda parte aborda, a concepção sobre a categoria trabalho, com base nos seguintes autores: MARX (1971), IAMAMOTO (2005) e ANTUNES (2007), objetivando problematizar o que pode ser entendido por trabalho e como as transformações no mundo do trabalho provocam a ocorrência de acidentes de trabalho, o que repercute na saúde do trabalhador. Em consequência, a segurança do trabalho é demanda na COMARA, o que requer a intervenção profissional de uma equipe interdisciplinar dos quais faz parte o assistente social. Este profissional foi requisitado para desenvolver ações pró-ativas, isto é, que estejam voltadas para prevenção de acidentes de trabalho, e não mais para o pós-acidente, como anteriormente.

A terceira parte consta da análise dos dados da pesquisa de campo, na perspectiva de evidenciar a contribuição da intervenção profissional do assistente social para a prevenção de acidente de trabalho na COMARA, que se constituiu o objeto de estudo desta pesquisa.

Nas considerações finais foram apresentados os avanços e as dificuldades enfrentadas no que tange à prevenção de acidente de trabalho na organização estudada.

2. O SURGIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS E O SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS:

As Forças Armadas do Brasil se formaram ao longo de uma série de conflitos ocorridos na história. O Exército brasileiro teve seu início em 1548, quando D. João III de Portugal resolveu criar um governo geral com Sede na Capitania Real da Bahia. Enquanto que a origem da Marinha do Brasil é marcada pela criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, em 1736, por João V de Portugal. A Aeronáutica brasileira surgiu somente em 20 de janeiro de 1941, quando o presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 2961, criando o Ministério da Aeronáutica e estabeleceu a fusão das 3 (três) forças armadas denominadas de Forças Aéreas nacionais que, em maio do mesmo ano, passou a ser denominada de Força Aérea Brasileira.

Assim, até 1999, as Forças Armadas mantinham-se em ministérios independentes. No entanto, a discussão sobre a criação de um Ministério da Defesa vem desde meados do século XX, inclusive a Constituição de 1946 já se referia à criação de um Ministério único, que resultou na instituição do Estado-Maior das Forças Armadas. Nesta perspectiva, em 1967, o presidente Castelo Branco assinou o Decreto-Lei nº 200, que previa a promoção de estudos para elaborar o projeto de lei de criação do Ministério das Forças Armadas.

Eleito presidente em 1995, Fernando Henrique Cardoso apresentava em seu programa de governo a criação do Ministério da Defesa, cujo propósito era otimizar o sistema de defesa nacional, formalizar uma política de defesa sustentável e integrar as três Forças, racionalizando as suas atividades. Em 1 de janeiro de 1999, já no seu segundo mandato, o então presidente nomeou o senador Élcio Álvares ministro Extraordinário da Defesa, a quem foi atribuída a responsabilidade de efetivar a implantação do referido Órgão.

Finalmente, em 10 de junho de 1999, o MD foi criado oficialmente através da lei complementar nº 97, em substituição aos antigos Ministérios: da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que foram transformados em Comandos, ocasionando a extinção do Estado-Maior das Forças Armadas.

2.1 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS

Segundo GOHN (2001) a década de 1980, foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais. A luta pelas Diretas – Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxe de volta as eleições para a Presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo constituinte do surgimento das Centrais Sindicais, a criação as entidades organizativa amplas do movimento popular, o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo o território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches, etc., todos, em seu conjunto, revelavam a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas. Assistiu-se ainda ao acirramento da

crise econômica ao final da década, com as políticas neoliberais de privatizações e desativação da atuação do Estado em áreas sociais, e o desencanto que as massas em geral sentiram com os novos governos que elegeram, tanto os de direita como os de esquerda, que embora tenham inaugurado práticas de transparências das ações públicas, participação dos cidadãos e o acesso às informações, também foram vítimas da inexperiência, da falta generalizada de verbas para atender às demandas sociais, do desemprego altíssimo e das lutas que o curto tempo do exercício democrático não permitiu superar, ficando em termos econômicos cognominada de década perdida. É neste contexto que em 1982, ocorreu o ingresso das primeiras mulheres militares nas Forças Armadas aumentando, consideravelmente, o número de profissionais de Serviço Social nas Organizações Militares. As militares recém-chegadas começaram a unir forças com os profissionais de Serviço Social civis originando um movimento extra-institucional que objetivava romper com a prática filantrópica desempenhada pelas Primeiras-Damas, esposas dos Comandantes das Organizações Militares, que interferia na atuação dos assistentes sociais nessas Organizações.

O entendimento mais preciso sobre o surgimento do Serviço Social nas Forças Armadas conduz ao resgate da gênese da profissão de Serviço Social no Brasil, a qual tem suas origens fundamentadas no movimento laico da Igreja Católica, com o objetivo de recristianizar a sociedade. O crescimento da industrialização e das populações das áreas urbanas conduziu a necessidade de controlar a massa operária, e, com isso, o Estado passaria a absorver parte das reivindicações populares que demandavam condições de reprodução: alimentação, moradia, saúde, ampliando as bases do reconhecimento da cidadania social.

O período de 1946 a 1964, é um momento histórico da sociedade brasileira que não constou de mudanças significativas no campo das instituições da assistência social, pois, o Estado continuou controlando as demandas sociais e o trabalho dos assistentes sociais. Nos anos 50, a partir da modernização do aparelho do Estado, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, essas instituições se constituíram em instrumentos de veiculação de políticas sociais com características claramente assistencialistas. Contudo, as Forças Armadas, fortalecidas no período ditatorial, visto que foram utilizadas

como instrumento de controle e coerção da sociedade brasileira, no sentido de conter o avanço das idéias socialistas e comunistas e, garantir, portanto, a “ordem social”, bem como a manutenção e expansão do grande capital.

Segundo Santos (1979, p.81,82), após 1945, modificações significativas ocorrem na estrutura ocupacional, na estrutura da escassez, assim como no processo de urbanização. Apesar das objeções às praticas e instituições herdadas do Estado Novo, pouca coisa será alterada até 1964. “A vazão dos conflitos sociais para fora das instituições herdadas do Estado Novo não encontrou resposta institucional à altura tendo por resultado líquido a radicalização das demandas e a intolerância política crescente dos diferentes atores sociais, as quais associadas à capacidade cadente do Estado de produzir e de alocar terminaram por produzir o contexto de paralisia governamental e administrativa de fins de 1963 e princípios de 1964, que, em parte, ajudam a explicar o movimento militar de 1964”.

A dimensão política da cidadania brasileira entra em recesso, com a violação da ordem democrática de 1964. “De acordo com a retórica da nova elite governamental, tratava-se com o movimento de 1964, de criar condições para o desenvolvimento mais balanceado e justo da economia de mercado, afastados aqueles grupos, que, de acordo com a versão oficial, buscavam substituir a ordem econômica e social prevalecente no Brasil” (Idem, p.102).

E de acordo com os sucessivos governos revolucionários, primeiro era fazer o bolo crescer (acumular) para depois pensar em dividi-lo (reduzir desequilíbrios), ou seja, acumular estoques de bens disponíveis, para só depois de certo nível de acumulação tornar-se legítimo discutir a participação em seu usufruto.

No final década de 1970, com a mobilização popular contra a ditadura militar, o Serviço Social na América Latina passou a rever o referencial teórico metodológico, haja vista que o cenário político exigia a transformação social.

Teoricamente, o Serviço Social passou a orientar-se pela análise marxista da sociedade burguesa e o seu objeto de intervenção passou a ser definido a partir das expressões da questão social:

O assistente social convive cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos

da questão social no nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154 - 155).

O Movimento de Reconceituação do Serviço social constitui-se um marco histórico da profissão que buscou romper com o Serviço Social tradicional, desenvolvendo no seio desta categoria, um amplo debate crítico sobre a profissão.

Os avanços teóricos e políticos presentes no cotidiano da profissão, expressos neste Movimento, admitem a importância da pesquisa científica e evidencia um compromisso de classe, materializando a preocupação com a formação profissional, no que se refere ao trabalho profissional, propondo o rompimento com a ideologia dominante e a vinculação do exercício profissional aos interesses dos seus usuários. Assim,

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, Isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p.37).

Na década de 80, como consequência do fracasso do milagre econômico brasileiro, constata-se o crescimento da pauperização da população sendo registrados níveis expressivos de miséria absoluta, altos índices de mortalidade infantil e desnutrição. Nesse contexto, foram implantados nas instituições diversos programas, constituídos de ações fragmentadas voltados para atender as exigências desse contingente da população cada vez mais dependente de políticas sociais públicas devido o aumento do desemprego.

Neste sentido, torna-se necessário distinguir o serviço social enquanto profissão e a assistência social enquanto um direito social de cidadania no Brasil para desmitificar a visão que durante muitos anos predominou no COMAER, de qualquer profissional poderia assumir a seção de serviço social, pois bastava ser “boazinha” para tratar bem os funcionários e conceder benefícios sociais.

O Serviço Social é a profissão que foi regulamentada, no Brasil, em 1957, mas as primeiras escolas de formação profissional surgiram a partir de 1936, e a Lei que a regulamenta é a 8662/93 de 07 de junho de 1993. Desde

seus primórdios aos dias atuais, a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social do Brasil, entendendo que seu significado social se expressa pela demanda de atuar nas expressões da questão social brasileira, que em outros termos, se revela nas desigualdades sociais e econômicas, objeto da atuação profissional manifestas na pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais e existenciais, dentre outras.

Pelo exposto, torna-se claro a distinção entre o Serviço Social e a assistência social, pois a assistência social é

[...] uma política pública que se ocupa do provimento de atenções para enfrentar as fragilidades de determinados segmentos sociais, superar exclusões sociais e defender e vigiar os direitos dos mínimos de cidadania e dignidade. É política de atenção e de defesa de direitos: o direito a sobrevivência em padrões éticos de dignidade construídos historicamente em uma dada sociedade (SPOSATI: 1990, p. 13-21).

Pereira (1991), amplia a concepção da assistência social, ao referir-se que:

A assistência social com base na disjuntiva, assistência social "stricto sensu" e assistência social "lato sensu". Por assistência social "stricto sensu" entendo aquela ação tópica, circunstancial e sem garantia legal, voltada administrativamente para carências sociais graves, que deixaram de ser assumidas pelas políticas sócio-econômicas setoriais. A Assistência, nesta ótica, é sinônimo de emergência, de amadorismo e de ausência de planejamento, de espírito crítico, de indignação e de visão de conjunto. É a antipolítica social ou a ação eventual e incerta (...). Em contraposição a este perfil de assistência, que, convenhamos, é o que prevalece no Brasil, antevejo um perfil mais lato, escorado em evidências empíricas.(...). Assim, se analisarmos a Constituição Federal (...) veremos que a assistência mantém interfaces com todas as políticas sociais setoriais e com políticas de conteúdo econômico. Na Constituição, a assistência, por exemplo, extrapola a Seção IV do Título da Ordem Social e vai insinuar-se na Seção da Saúde e da Previdência, que formam com ela o Capítulo da Seguridade Social. Mas, não termina aí a sua incursão. Insinua-se, também, nos Capítulos da Educação, da Cultura e do Desporto, da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso e, até mesmo, nos Capítulos da Política Urbana e da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, que compõem o Título da Ordem Econômica e Financeira (...). A assistência é a condição necessária para que as políticas de atenção às necessidades sociais, engendradas pelos mecanismos excludentes do mercado de trabalho, se efetivem como direito de todos. Sem a assistência, as políticas sociais setoriais tendem a se elitizar, a se fechar na sua especialização (...) é ela quem tem o mister de lidar com os segmentos populacionais situados na base da pirâmide social e de se colocar como a via de denúncia da cidadania negada a esses segmentos..." (p.3)

Essas considerações reforçam a concepção do Serviço Social enquanto uma profissão e a assistência social como uma política pública que tem se constituído no “locus” privilegiado da atuação do assistente social. Deduz-se, então que a concepção de assistência social utilizado no COMAER não se refere à uma política pública voltada para a concretização de direitos, mas sim, é entendida como conjunto de serviços que objetivam a reprodução social dos seus trabalhadores e familiares.

Com esse entendimento, o Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica foi implantado na década de 80, através da Portaria nº 93/GM3, de 24 de janeiro de 1985, pela Diretoria de Intendência. Seu controle normativo faz parte das atribuições da Subdiretoria de Encargos Especiais, uma das Subdiretorias da DIRINT.

A conjuntura política e econômica do Brasil na qual surge o SAS, foi no momento do chamado período de Redemocratização. Assim, a década de 1980 inicia um processo de resgate dos valores democráticos denominado de “Nova República”. Embora se tratasse de um contexto de instabilidade política e econômica, a mobilização da sociedade civil era intensa com a efervescência de novos movimentos sociais que reivindicavam, a partir de grupos organizados, melhores condições de saúde, moradia e urbanização; assim como aqueles que lutavam pela identidade de raça, gênero, etnia, direitos humanos e questões ambientais, se fazia existente.

Além desses movimentos, é nesse período que um novo movimento sindical começa a ser gestado objetivando a sua autonomia e os partidos políticos passaram a se organizar com base social o que refletiu o fortalecimento da sociedade civil brasileira. Registra-se também a importância dos dois partidos políticos que se destacaram naquele momento: Partido Social Democrático (PSD) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O MDB foi um partido político brasileiro que abrigou os opositores do Regime Militar de 1964 ante o poderio governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), organizado em fins de 1965 e fundado no ano seguinte. O referido partido se caracterizou por uma multiplicidade ideológica, graças, aos embates entre os "autênticos e "moderados" quanto aos rumos a seguir no enfrentamento ao poder militar. Inicialmente, pequeno em seu desempenho

eleitoral, experimentou grande crescimento no governo do presidente Ernesto Geisel obrigando os militares a extinguirem o bipartidarismo e, assim, surgiu o PMDB em 1980.

É nesse período que surge e se consolida o SAS no COMAER, isto é, entre as décadas de 1980 e 1990, coincidindo com a chamada "Reforma" do Estado que expressa a construção de um projeto político, econômico e social de viés neoliberal que propunha uma redefinição do papel do Estado. A propósito, BEHRING (2003) ressalta:

A reforma do Estado corrói aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro por meio de uma inserção na ordem internacional que deixa o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo esforço de redução de custos preconizado escoar pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa (...) a busca da meta do superávit primário (...) levou a uma brutal contenção de gastos em todas as áreas, com exceção do pagamento do serviço da dívida" (BEHRING, 2003, p.170)

Desta forma, o desmonte do Estado brasileiro tem repercutido diretamente no sucateamento das Forças Armadas, que se estende desde as perdas salariais significativas dos funcionários, à redução de recursos para a manutenção e reposição de equipamentos, além da perda de "status" de "Ministério" para o de "Comando", na medida em que, este passou a ser subordinado ao Ministério da Defesa.

Constata-se, então, que a contenção de gastos públicos, conseqüentemente, implica na redução de recursos orçamentários para a manutenção da estrutura institucional, o que reflete não só na atividade fim da Aeronáutica (diminuição do número de aeronaves em vôo), mas também em toda estrutura de serviços sociais que constituía em um suporte para a reprodução social dos trabalhadores militares e civis. Como efeito, os hospitais da aeronáutica começaram a ter dificuldade na aquisição e manutenção de equipamentos, no aumento do número de leitos, o que precariza o atendimento na área da saúde dos referidos trabalhadores e seus familiares. Tornou-se precário, também, o suporte habitacional, pois, não há recursos para construir ou manter as vilas militares que passam a não dispor de casas suficientes para atender o seu efetivo.

Alia-se à essa situação, a ausência de reajuste salarial para os militares e civis das Forças Armadas, tornando cada vez mais difícil para os mesmos

custearem aluguel. Diante disso, esses servidores começaram a mudar de local de moradia para as chamadas áreas de risco, onde a segurança pública não é suficiente, porém, o aluguel é mais acessível às suas condições financeiras. Em geral, essas áreas localizam-se longe dos locais de trabalho, o que implica na elevação dos gastos com transporte, o desgaste físico e o estresse.

É nesse período de declínio na qualidade dos serviços institucionais decorrente, principalmente, da reforma do Estado e da redução do investimento em políticas públicas, que o serviço social começa a se estruturar de uma maneira mais racional no COMAER, com base em novas estratégias de intervenção na área da assistência social de “apoio ao homem” ao efetivo e seus dependentes, que foi criado o Fundo de Assistência Social instituído pela Portaria 968/GM6, de 26 de novembro de 1985.

O SAS é contributivo, pois, mensalmente, é descontado em folha o valor de 1% do menor vencimento pago pela União aos seus servidores civis e militares. O acesso aos benefícios, mesmo havendo essa contribuição compulsória é feito de forma seletiva, pontual e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social dentro da instituição. Tem como Órgão Normatizador a Subdiretoria de Encargos Especiais que descentraliza os recursos do FAS para as Organizações, inclusive para a COMARA.

Trata-se, portanto, de uma forma de serviços baseada na contribuição financeira dos servidores de todas as Organização Militares da Aeronáutica diferente daquela da prevista na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, no artigo 1º que preconiza a assistência como direito do cidadão e dever do Estado.

Assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não-contributiva, que prover os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL,1993)

A Constituição Federal de 1988 institui a Assistência Social como uma política social não-contributiva, voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas quer pelas rendas obtidas pelo trabalho, quer pela condição geracional – infância e velhice – quer por necessidades físicas e metais.

Assim, é possível conceber o SAS como um modelo assistencial chamado por Fleury (2003) de “seguro social” já que é uma proteção social condicionada ao vínculo de um grupo ocupacional, neste caso, aos servidores militares e civis da Aeronáutica e seus dependentes.

A Política de Proteção Social do COMAER prevê aos militares, civis e dependentes, o acesso a benefícios sociais na área da Saúde (aquisição de óculos, medicamentos, próteses, aparelhos ortodônticos e auditivos e prestação de serviços por profissionais e instituições de saúde); Educacional (aquisição de material escolar, livros e uniformes); Habitacional (aquisição de material de construção para a construção ou reforma da residência dos servidores militares e civis objetivando garantir melhor qualidade de vida aos mesmos), conforme a ICA 161- e 163 de 22 de Fevereiro de 2006.

Apesar de toda essa cobertura de serviços sociais, os recursos destinados não são suficientes para atender todo o efetivo, sendo que nos últimos 10 anos, em razão das perdas salariais, vem crescendo o número de militares e servidores civis com o orçamento familiar cada vez mais comprometido, sem condições de prover suas necessidades básicas, o que os deixa em situação de vulnerabilidade social.

Segundo dados dos atendimentos sociais realizados pela seção de assistência social da COMARA, no período de 2007 a 2009 cerca de 60% dos militares encontram-se nessa situação, pois, estão com seus vencimentos comprometidos chegando, em alguns meses a receber menos que o suficiente para suprir as necessidades básicas de seus familiares. Este percentual de militares e civis só não é maior devido a particularidade desta Organização que permite o militar viajar e, com isso, conseguir diárias ou ajuda de custo que amenizam as suas dívidas.

Tal situação faz com que a COMARA seja a Organização da Guarnição de Belém que mais “atrai” militares. No entanto, se de um lado o deslocamento de civis e militares para os canteiros obras permite aumentar a sua renda devido as diárias e gratificações que são acrescidas ao salário, por outro lado faz-se necessário que o mesmo se ausente dos seus familiares, uma vez que muitos militares viajam até 240 (duzentos e quarenta dias) por ano. O dinheiro das diárias possibilita, alguns amenizam ou solucionam os seus problemas

financeiros, conseguem adquirir bens como: carros, casas, custear melhores escolas e faculdades para os filhos, mas devido a ausência da família por um longo período quando retornam aos seus lares encontram sua família, em geral, desestruturada: filhos envolvidos com drogas, filhas grávidas, filhos com baixo rendimento escolar, esposas que já estão envolvidas com outros homens, bem como os próprios militares, em alguns casos voltam dos canteiros de obra, com outra família constituída.

Outro fator que contribui para o estado de vulnerabilidade social dos militares é, que, muitos solicitam transferência de outros estados para a COMARA na tentativa de amenizar seus problemas financeiros, no entanto, geralmente, os casos de transferência que era um problema financeiro acaba tornando-se um problema social, pois, muitos vêm para a COMARA na “falsa ilusão” de ganhar mais dinheiro e quando chegam nessa Organização, sediada em Belém, deparam-se com uma cidade diferente, desconhecida, com costumes culturais diferentes, distantes dos seus parentes, com custo de vida elevado sem condições de arcar com o pagamento de aluguel, pois não há na vila militar casas suficiente para atender a demanda, sendo os mesmos obrigados a morarem em casas alugadas que, na sua maioria são distantes do local de trabalho.

Além desses problemas, há também aqueles relacionados ao acesso a educação, pois não há vaga na Escola Tenente Rêgo Barros para todos os seus dependentes, principalmente, para os menores de 6 (seis) anos, visto que a mesma não possui Educação Infantil; os filhos não se adaptam ao clima e acabam desenvolvendo um processo alérgico e em caso de emergência, principalmente, quando os esposos estão viajando as esposas procuram o assistente social para a solução dos problemas que estão vivenciando.

Apesar da tentativa dos assistentes sociais procurarem desenvolver a sua ação no COMAER objetivando a garantia de direitos, conforme preconiza a Constituição de 1988, o SAS surge ainda com base em um padrão de gestão conservador, tendo sua “prática, em geral, voltada para ações imediatas de plantão social, de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros” que são necessárias para responder a situações emergenciais.

Segundo a Ten Cel Assistente Social chefe da Divisão de Serviço Social da SDEE, que vivenciou a implantação do SAS no interior do Ministério da Aeronáutica, este sistema tem características específicas, tais como: o caráter contributivo para o Fundo de Assistência Social que é alimentado pela contribuição compulsória de todos os militares e voluntária dos civis. Conforme já referido neste trabalho, o acesso aos benefícios, mesmo havendo essa contribuição compulsória, é feito de forma eletiva, pontual e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social, ou seja, todos contribuem, mas nem todos são beneficiados; visto que, não há a universalidade de acesso aos serviços oferecidos por esse Sistema de proteção social, devido os critérios de seleção na concessão dos mesmos.

Esta situação levou a Divisão de Serviço Social da Subdiretoria de Encargos Especiais a buscar na academia, um suporte teórico e técnico para a realização de um trabalho sistemático que possibilitasse a compreensão da realidade social dos servidores e seus familiares, objetivando subsidiar o planejamento conjunto participativo das ações nas Organizações Militares do país a partir das particularidades de cada região.

Então, em 2001 foi iniciado um trabalho de assessoria por meio de um convênio firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo a duração de 4 (quatro) anos. Essa aproximação com a academia foi fundamental para que, hoje, o SAS conte com uma diretriz de atuação pautada nos princípios éticos – políticos da profissão de Serviço Social, garantindo aos assistentes sociais de todas as Organizações Militares da Aeronáutica uma linha de atuação clara e sustentada pelo Órgão de sua referência.

Um dos resultados concretos desse trabalho de assessoria, foi a revisão da Instrução do Comando da Aeronáutica que estabelecia as diretrizes para as ações de proteção social no COMAER que, em sua totalidade, as instruções se referiam a gestão financeira do FAS limitando tais ações à concessão de benefícios sociais, tais como: fornecimento de medicamentos, material escolar, material de construção para pequenos reparos, órteses, próteses, etc.

Com um olhar renovado e um aporte teórico – metodológico crítico, foram criadas duas novas ICAS 161-1 e 163-1 que regem a Política de Proteção Social da Aeronáutica, aprovadas em fevereiro de 2006, as quais

possibilitaram o desenvolvimento de outros projetos por parte dos assistentes sociais não mais se restringindo à concessão de benefícios em casos extremos, tornando-se viável a realização de outras ações sociais de caráter preventivo por meio de campanhas sócio-educativas voltadas para a área da saúde, cultura, lazer e de qualificação profissional, relações de trabalho, doenças emocionais e do trabalho, campanhas de segurança no trabalho; assim como àquelas de caráter promocional, em destaque para os programas voltados para a promoção familiar, principalmente, no que se refere ao planejamento financeiro familiar, geração de renda, paternidade responsável, preparação para a reserva e aposentadoria, entre outras.

2.2 O SURGIMENTO DA COMARA.

Compreender o Serviço Social na COMARA implica inicialmente em tecer considerações desta organização enquanto campo de pesquisa. A COMARA, campo desta pesquisa, teve seu surgimento fundamentado na Constituição Federal de 1988 em que no seu artigo 21 registra: “Compete a União manter o serviço postal e o correio nacional”. Este artigo evidencia o reconhecimento público de que a FAB poderia contribuir para reduzir o isolamento na região Amazônica e das dispersas localidades nela situadas, no entanto, muitas foram as dificuldades para se chegar aquelas mais distantes devido à falta de infra-estrutura que permitisse a navegação fluvial, assim como, defrontava-se com a inviabilidade para a construção de rodovias e a implantação de uma malha aeroviária na região, que determina o surgimento da COMARA na referida região.

Assim, a COMARA surgiu no momento em que o Governo Federal buscava criar condições para incrementar o desenvolvimento econômico da região Norte. Para tal, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia através da Lei 1.806, de 06/01/53 que, mais tarde foi transformada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, tendo como uma das suas atribuições promover a implantação de uma malha aeroviária na região.

Assim, em 12 de dezembro de 1956, formou-se uma Comissão Mista FAB/SPVEA que um ano e sete meses depois, foi transformada na atual

COMARA cuja a missão era projetar, equipar, recuperar e construir aeroportos da Amazônia, além de realizar obras civis para Órgãos da administração federal, estadual e municipal, as quais foram realizadas de acordo com os interesses do Comando da Aeronáutica, dos governos estaduais e do Governo Federal.

Na estrutura hierárquica do Ministério da Defesa, a COMARA, faz parte das OM da Aeronáutica, sendo que a partir de 17 de setembro de 2001, através da Portaria nº 733/GC3, a mesma passou a ser subordinada pelo Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR), devido o mesmo deter os principais meios aéreos e, em consequência, responsabilizar-se pela execução das ações militares aeroespaciais do Comando da Aeronáutica. O gráfico abaixo apresenta uma visão da hierarquia que forma o Ministério da Defesa.



Ilustração 1 – Apresentação do Organograma da Composição Hierárquica do Ministério da Defesa.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008.

Meio século após o seu surgimento, a COMARA pode ser considerada uma OM que vem alcançando os seus objetivos, pois, antes existiam apenas 17 (dezessete) aeródromos na Amazônia, dos quais apenas três: Manaus, Macapá e Belém eram asfaltados, hoje, cerca de 170 (cento e setenta) aeródromos foram construídos e efetuadas mais de 70 (setenta) reformas de instalações aeroportuárias.

Entre as obras já realizadas pela COMARA na Amazônia podem ser citadas a construção do Aeroporto Internacional de Rio Branco - Acre; a construção do aeroporto de Caracaraí, em Roraima, para servir de alternativa

para o aeroporto de Boa Vista; ampliação da pista de pouso em Eirunepé no Amazonas com capacidade de pouso de uma aeronave do porte de um Boeing – 707; produção e transporte de toda a brita empregada na construção do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em Manaus; recuperação do pavimento da pista do Aeroporto Internacional de Belém no Pará; construção do Aeroporto de Santarém também no estado do Pará. Além dessas obras, destacam-se outras que foram obras realizadas em Cuiabá, Boa Vista, Porto Velho, Macapá, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Tabatinga, Vilhena, etc. que tiveram participação direta da COMARA na sua execução e/ou recuperação.

Embora a COMARA tenha suas origens na Amazônia, as suas ações já ultrapassaram essa fronteira, pois, devido a sua capacidade e experiência em construir aeródromos passou a executar obras no Brasil e no exterior. Como exemplo, podem ser mencionadas os trabalhos executados na pista da Academia da Força Aérea em Pirassununga – SP; o aeródromo da cidade de Barbacena – MG; a pista da Escola de Especialistas da Aeronáutica em Guaratinguetá – SP; além dos aeródromos de Porto Inirida e de Mitú na Colômbia.

Atualmente, esta OM vem executando diversas obras tais como: ampliação e asfaltamento do aeroporto de Oiapoque no estado do Amapá; ampliação da pista de Tírios reserva indígena no estado do Pará, onde o acesso só é possível por meio de avião; implantação de uma base área em Eirunepé no Amazonas; ampliação do pátio de estacionamento e construção de um novo hangar na Base Aérea na cidade de Manaus - AM; construção e modernização de instalações na Base Aérea de Porto Velho no estado de Rondônia; e ampliação da pista de Yauaretê Amazonas, fronteira com a Colômbia; extração de brita em Monte Alegre no Pará e em Moura no Amazonas; recuperação da pista de Barcelos no Amazonas, recuperação da pista em Estirão do Equador e de Palmeiras do Javali no Amazonas. E a elaboração do projeto para a ampliação do Aeroporto Eduardo Gomes em Manaus no Amazonas que sediará os jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014.



Ilustração 2 - Mapa que demarca os canteiros de obra da COMARA no ano de 2009.
 Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.



Ilustração 3 – Foto da Pista de Ipiranga (AM) construída pela COMARA em 2006.
 Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2006.

A sede da COMARA é localizada na cidade de Belém, no Estado do Pará. Para atender aos canteiros de obra localizados nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima conta com os Destacamentos de Apoio para garantir o suporte técnico e administrativo dos canteiros mais distantes.



Ilustração 4 - Foto da Sede da COMARA localizada em Belém – Pará.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008

O organograma a baixo apresenta a composição hierárquica da COMARA, sendo composta por: Presidente que tem a patente de Brigadeiro, e é o mesmo comandante do I Comando Aéreo Regional (I COMAR); o Vice-Presidente é um Coronel podendo ser do quadro de aviadores ou engenheiro, predominando o primeiro. Subordinadas diretamente ao Vice-presidente estão às assessorias sendo elas: Agente de Controle Interno (ACI), Assessoria de Comunicação Social (ACS), Assessoria de Inteligência (AI) e a Assessoria Jurídica (AJUR). Sendo também subordinadas diretamente a Vice-Presidência a chefia as Divisões: Divisão de Intendência (DI), Divisão de Logística (DL), Divisão de Engenharia (DE), Divisão de Planejamento e Controle (DPC), a Divisão Administrativa (DA) a quem a seção de assistência social é subordinada e o Destacamento de Apoio em Manaus (DACO-MN).

A Divisão de Intendência é a responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios os Destacamentos de São Gabriel da Cachoeira (DACO-UA) e Tabatinga (DACO-TT).

A Divisão de Logística é a responsável pelos Destacamentos de Moura e Monte Alegre onde estão localizadas as pedreiras, que produzem a brita que é transportada para os demais canteiros. E a Divisão de Engenharia é a responsável pelos DECOS, que são as frentes de serviço responsáveis pelas obras.



Ilustração 5 - Apresentação do Organograma sobre Composição Hierárquica da COMARA.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008.



Ilustração 6 – Foto do Destacamento de Apoio em Manaus.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008.



Ilustração 7- Foto do Destacamento de Apoio em São Gabriel da Cachoeira.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008.



Ilustração 8 – Foto do Destacamento de Apoio em Tabatinga.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008.

A COMARA é formada por servidores civis e os militares, embora seja uma OM o maior efetivo é de civis que, atualmente, é de 779 (setecentos e setenta e nove) servidores civis e 225 (duzentos e vinte e cinco militares). Devido a atividade que é realizada nesta Organização o número de civis é superior ao de militares.

Dentre esses servidores, registra-se a existência de indígenas que foram contratados através de um Programa de Inclusão Social, em parceria estabelecida entre a Seção de Assistência Social da COMARA e a Fundação Nacional do Índio. Antes estes, realizavam trabalho para a COMARA, na condição de “diaristas” por não possuírem documentos. Sendo que após esta

parceria, os mesmos foram encaminhados para sede da FUNAI em Macapá, onde retiraram todos os documentos necessários para que fossem contratados como servidores dessa OM.



Ilustração 9 – Foto dos Servidores da COMARA contratados em Tírios.
Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008.

Atualmente, esses trabalhadores indígenas fazem parte do efetivo desta OM totalizando 10 (dez) índios em Tírios exercendo a função de auxiliar geral devido à falta de uma maior qualificação profissional. Em Yauaretê, existem 5 (cinco) índios desenvolvendo as funções de cozinheiro e vigia. Até o presente momento não ocorreu nenhum acidente de trabalho com os trabalhadores indígenas.

Em Belém, foi implantado o Pavilhão das Máquinas onde é feita a manutenção das máquinas e equipamentos que serão enviados para os canteiros de obra, por meio de transporte aéreo ou marítimo que é feito por meio de balsas que saem do Porto Fluvial Brucutu.

O PAVMAC tem cerca de 700 (setecentos) equipamentos dos mais variados tipos como: motoscaper, escavadeiras, tratores, rolo compactador, pá mecânica, draga, cavalo mecânico, veículos leves, médios e pesados, usina de asfalto, britadores, entre outros. Além de fazer a manutenção e o projeto de compra de todos os equipamentos, o PAVMAC tem a capacidade de identificar onde está cada equipamento e a sua condição operacional, sendo também responsável pelo fornecimento de combustíveis e lubrificantes que atendem

todas as obras da COMARA. As fotos abaixo mostram a estrutura do prédio e parte das máquinas deste Pavilhão.



Ilustração 10 – Foto Aérea do Pavilhão de Máquinas.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA/ 2008.



Ilustração 11 – Foto do Equipamentos no Pavilhão de Máquina.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009..

Para que a pista seja construída é necessário que seja realizado o transporte de todo o material, e no período de chuvas quando os rios enchem, o transporte de insumos: cimento, areia, brita, máquinas e equipamentos é feito através das balsas que são construídas no PFB.

Neste período, as balsas conseguem navegar com maior quantidade de carga, para que nos períodos sem chuva, quando as obras começam, os

insumos e máquinas estarão nos canteiros para iniciar a obra. As fotos abaixo revelam a estrutura do PFB e a construção das balsas.



Ilustração 12– Foto Aérea do Porto Fluvial Brucutu.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008.



Ilustração 13 – Foto que revela a Construção das Balsas no Porto Fluvial Brucutu.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008.

O PFB e o PAVMAC são subordinados a DL e, entre os seus servidores estão: administrador, soldador naval, operador de máquina, mecânico,

borracheiro, arrumador, electricista, ferreiro, bombeiro hidráulico, marinho de convés, cozinheiro de embarcação, lubrificadores, pintor fluvial, entre outros. Esta Divisão, em parceria com a Divisão de Planejamento são responsáveis pelo transporte de todos os insumos, equipamentos e material para os canteiros de obra. Para atender a demanda desta OM são necessárias, anualmente, 3 (três) mil horas de vôo e 14 (quatorze) mil horas de balsa, para isso são utilizados aeronaves como: C- 105 (CASA), C-130 (Hércules), C-95 (Bandeirantes), C-98 (Caravam), C-97 (Brasília), H-60 (Black Hawk), 14 (quatorze) balsas, 7 (sete) empurradores e 3 (três) dragas que recolhem areia e seixo do leito dos rios.

Anualmente, é transportado por avião uma média de 1 (uma) mil toneladas de produtos e de balsa, cerca de 22 (vinte e duas) mil toneladas. O transporte aéreo tem a vantagem de ser mais rápido independente do clima, enquanto o transporte marítimo apresenta uma elevada produtividade, adaptação a qualquer tipo de carga, além de transportar grandes toneladas. A contrapartida é lenta, suscetível a sazonalidade das cheias e vazantes, dependendo da geografia dos rios.

A ilustração abaixo mostra o transporte de insumos e equipamentos que saiu do PFB em Belém – Pará para Palmeiras do Javari no Amazonas.



Ilustração 14 – Foto Aérea do Transporte de Equipamentos e Insumos para os canteiros.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.

Em Belém, no PFB é realizado o carregamento dos materiais como: caçamba, trator de esteira, tanque de combustível, carretas isotérmicas, equipamentos menores, peças, material de consumo. Após 3 (três) dias viagem a balsa chega em Monte Alegre (PA) onde são descarregados os materiais de almoxarifado e caçamba, sendo necessário 1 (um) dia para retirada dessa carga da balsa. Em seguida, esse carregamento segue para Manaus (AM) chegando aquele Destacamento 4 (quatro) dias após onde é realizado o descarregamento do material e o reabastecimento com materiais que serão levados para os outros canteiros, sendo necessário mais 1 (um) dia para este serviço. A próxima parada da balsa ocorre em Moura (AM) para ser carregada com a brita que é extraída daquela pedreira, 2 (dois) dias após a balsa chega á Pedreira de Moura; e devido o quantidade de material são necessários 3 (três) dias de trabalho e em seguida seguem para o destino final: Palmeiras do Javari que se localiza no estado do Amazonas. Após 19 (dezenove) dias de viagem a balsa passa por Tabatinga (AM) para o embarque de um prático regional, isto é o trabalhador encarregado de direcionar a navegabilidade da balsa em função dos obstáculos dos rios da região. E, finalmente, 10 (dez) dias de viagem, o equivalente a 3.262 (Três mil, duzentos e sessenta e dois) km de distância a balsa carregada de brita chega em Palmeiras do Javari para ser utilizada no concreto que irá recuperar aquela pista. É nesta Divisão, devido a natureza de trabalho que é realizado, ocorrem os maiores índices de acidente de trabalho.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL NA COMARA

Na COMARA a atuação do Serviço Social não ocorreu de forma diferenciada, daquela que predominava no COMAER, pois nessa organização a prática profissional era caracterizada como conservadora e assistencialista uma vez que os Comandantes da COMARA entendiam que a atuação do assistente social se limitada ao gerenciamento dos benefícios sociais. Esta ação sob esta ótica poderia ser realizada por profissionais de diversas áreas tais como: Medicina, Administração, Economia ou Ciências Contábeis, sobretudo porque alguns comandantes consideravam que os administradores teriam um maior controle burocrático desses benefícios que eram voltados para atender os problemas sociais que se apresentava na Organização. Além disso, outros acreditavam que os profissionais da área saúde seriam os profissionais que

deveriam assumir chefia desta seção, visto que os servidores que procuravam o serviço social, em geral, encontravam-se doentes; e outros apostavam nos profissionais da área financeira, considerando que a atuação do assistente social estava direcionada para uma ação pontual no que concerne à concessão de benefícios ou na ajuda financeira.

No entanto, todas essas tentativas não tiveram resultados favoráveis, visto que a atuação do assistente social não se resume em ações burocráticas, ou mesmo são voltadas para o aspecto físico e financeiro, ao contrário, a sua intervenção vai além desses aspectos, pois, compreende o indivíduo em sua totalidade social levando em consideração as suas condições objetivas e subjetivas de vida dentro e fora da Organização.

A COMARA, devido a sua missão, torna-se uma OM diferenciada dentro do COMAER, o que acaba requerendo do assistente social uma intervenção também diferenciada, tendo em vista que os militares e seus dependentes têm como maior demanda àquelas relacionadas aos benefícios sociais concedidos com os recursos do FAS.

Já os civis, embora sejam os que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, por não serem contribuintes do FAS, esses não têm acesso aos benefícios sociais oferecidas pela COMARA. Com efeito, a demanda apresentada por esses servidores são relacionadas a área da saúde e segurança do trabalho, uma vez que os militares apenas planejam as obras e os civis as executam.



Ilustração 15 – Foto dos Servidores da COMARA durante a obra em Tírios

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2008.



Ilustração 16 – Foto dos Servidores da COMARA durante a obra em Tírios.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.



Ilustração 17 – Foto dos Servidores da COMARA durante a obra em Yauaretê.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.

Até o ano de 2007, a intervenção profissional do assistente social na área da segurança do trabalho na COMARA se dava somente após a ocorrência de acidente de trabalho. Sendo assim, este profissional era o responsável pelo encaminhamento ou acompanhamento os servidores acidentados para o Hospital ou para o Posto de Saúde do Sistema Único de Saúde. Em geral, os servidores que são acometidos de acidente de trabalho, são aqueles que não usufruem de todos os benefícios oferecidos aos militares, entre eles: a assistência médica oferecida pelo Hospital da Aeronáutica. Após avaliação médica que concede a alta aos servidores acidentados, o assistente social o acompanhava até a sua residência, e, efetuava os procedimentos necessários para todo o “auxílio” necessário para a reabilitação da sua saúde e o retorno as suas atividades laborais. Em caso de afastamento por mais de 15 (quinze) dias, o assistente social encaminhava o servidor para a realização de perícia médica no Instituto Nacional de Seguridade Social.

Contudo, a partir de 2007, foi formada uma equipe interdisciplinar composta formada por: assistente social, psicóloga, médico e técnicos de segurança para atuar na área da prevenção de acidentes do trabalho. Para tal, foram utilizadas informações contidas nos atestados médicos, nos Formulários de Comunicação de acidente de trabalho – CAT, bem como, os relatos de atendimentos sociais, o quê possibilitou a compreensão sobre as principais causas dos acidentes de trabalho. Sendo assim, constatou-se, inicialmente, que a primeira medida a ser adotada nas situações de prevenção de acidentes de

trabalho, seria relacionada à utilização do Equipamento de Proteção Individual, pois, a OM não vinha disponibilizando este equipamento aos servidores, expondo-os em condições inseguras.

Devido à falta de uma cultura de segurança no trabalho existia, e ainda existe, uma grande resistência dos servidores em usar tais EPI's. A partir da aquisição do EPI percebeu-se que houve uma significativa redução no número de acidentes em todas as frentes de trabalho e passou-se a realizar um trabalho educativo constando de palestras e treinamentos que objetivavam sensibilizá-los para a importância do uso do EPI's para a prevenção e para a saúde dos servidores e a forma adequada de utilização do mesmo. Essas ações ocorriam aleatoriamente e nem todos servidores participavam, então, sentiu-se a necessidade de realização de Semanas Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT's), que embora esteja previsto nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NR) apenas uma dessas atividades por ano, foram realizadas duas ao ano na COMARA Sede (Belém – Pará) e duas no Destacamento de Apoio que fica localizado na cidade de Manaus - AM. Além destas medidas preventivas sentiu-se, a necessidade de outras ações, tais como: Campanhas de vacinação, acompanhamento médico dos servidores na Sede e nos canteiros de obra.

Registra-se que o acompanhamento médico dos trabalhadores acidentados, é feito diariamente na Sede, pois existe um Posto Médico, composto por médicos, técnicos de enfermagem. Já nos canteiros de obras, o atendimento tem uma particularidade, pois, não há condições de disponibilizar um médico em cada canteiro, então nas grandes cidades eles são encaminhados para as Unidades de Pronto Atendimento ou para o Hospital da Aeronáutica; nos canteiros de obras mais distantes da sede o atendimento a esses trabalhadores é realizado pelos médicos dos Batalhões do Exército que estão em todas as localidades de fronteira com outros países, sendo que nos casos mais graves os encarregados desses canteiros entram em contato com a Sede da COMARA que fica em Belém e um avião é disponibilizado para buscar o servidor, deixando no Destacamento de Apoio mais próximo do local do acidente. Em geral, estes servidores são encaminhados para o Destacamento de Apoio em Manaus. Além disso, todo mês é feita, durante uma semana, uma visita do médico aos canteiros de obra, e caso seja identificado algum risco

para a saúde do trabalhador, é efetuada a solicitação de avião para “resgatar” o mesmo, o mais rápido possível.

Para continuação dessas ações de prevenção de acidente de trabalho na OM, foi realizado um estudo para implantação da Comissão Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho – CIPA e a elaboração dos seguintes programas: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR 7), Programa de Prevenção de Risco Ambiental – PPRA e Laudo Técnico de Condições de Ambiente de Trabalho (LTCAT), objetivando possibilitar a segurança no trabalho e a saúde aos servidores civis e militares. As ilustrações, abaixo revelam ações promovidas pela equipe interdisciplinar, a qual o assistente social faz parte, objetivando a prevenção de acidentes de trabalho.

As ilustrações abaixo dão visibilidade às atividades promovidas pela equipe interdisciplinar da COMARA, da qual o assistente social faz parte, com o objetivo de contribuir para a prevenção de acidentes de trabalho.



Ilustração 18 – Foto do Treinamento de Combate á Incêndio realizado no Porto Fluvial Brucutu.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.



Ilustração 19- Foto do Treinamento de Combate á Incêndio realizado na Sede em Belém (PA).

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.



Ilustração 20 – Foto do Treinamento para membros da CIPA

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.



Ilustração 21 – Foto da Ginástica Laboral durante o Treinamento para membros da CIPA.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.



Ilustração 22– Foto da Dinâmica realizada o Treinamento para membros da CIPA.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.



Ilustração 23 – Foto da Aula de Primeiros Socorros durante o Treinamento para membros da CIPA.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da COMARA / 2009.



Ilustração 24- Foto da - Campanha de Vacinação (Gripe H1N1) realizada na Sede em Belém (PA).

Fonte: ACESSÓRIA de Comunicação Social da COMARA / 2009.

A intervenção profissional do assistente social junto a equipe interdisciplinar é de grande relevância para a prevenção de acidente de trabalho, uma vez que muitos dos acidentes ou doenças do trabalho ocorridos nas empresas originam-se decorrentes da desatenção, do descontentamento decorrentes das condições de trabalho, a exemplo os baixos salários, do

descontrole financeiro e de problemas familiares causados pela falta de políticas sociais nas áreas da educação, saúde, segurança e moradia, voltados para o atendimento dos trabalhadores. Esta situação pode ser revelada, com base no relato da administradora que trabalha no setor de recursos humanos e dos gerentes das obras dessa OM:

“A atuação do profissional de Serviço Social é de grande importância pois deverá atuar conjuntamente em atividade multiprofissional buscando melhorar a qualidade de vida dos funcionários, segurança e saúde pois muitos estão descontente com os salários e etc.; Cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da segurança no trabalho; palestra de conscientização ao uso dos equipamentos de segurança; Política de Valorização dos funcionários; Reunião periódica entre os gestores e a equipe multidisciplinar e a participação mais efetiva dos chefes de departamentos na prevenção de acidente de trabalho” (A1).

“(…) Através de atividades voltadas para a conscientização dos funcionários. Realizando campanhas que ofereça “bonificações” salariais para os funcionários que se esforçarem para cumprir o previsto acerca da prevenção de acidentes de trabalho e que o seu nome seja divulgado nos quadros de aviso e nos informativos da Organização. Assim como também deve ser realizado por este setor as advertências verbais e por escrito para aqueles que deixarem de cumprir as normas de segurança” (G1).

“(…) Promovendo trabalhos focados na motivação e orientação dos funcionários, além de atividades que promovam o alívio das situações estressante que os mesmos ficam submetidos durante a execução das atividades. Palestras de motivação direcionada para os funcionários, Seminários sobre a Prevenção de Acidentes de Trabalho, Fiscalização sobre o uso devido do EPI, Realizar programas de qualificação individual dos funcionários e dos encarregados” (G2).

Sabe-se que toda empresa, segundo a CLT é obrigada a assegurar a integridade física e psicológica do empregado a partir do momento de sua contratação. Com efeito, as empresas vêm percebendo cada vez mais a necessidade da contratação de profissionais das áreas da medicina, serviço social, psicologia e segurança do trabalhador que, com o apoio da administração, atuem conjuntamente em uma equipe interdisciplinar, objetivando à proteção, e a saúde do trabalhador. Está é uma prática que já vem sendo utilizada na COMARA

“Trabalhando em conjunto, como já faz, com os técnicos de segurança de trabalho na prevenção de acidente de trabalho. Elaborando programas que vise a conscientização, a identificação e diminuição dos riscos de acidentes nos postos de trabalhadores e nos diversos setores da COMARA” (CPC 1).

A segurança no trabalho é responsabilidade de todos aqueles que exerçam qualquer atividade na organização, e o assistente social tem papel importante nesse âmbito, uma vez que dentre suas atribuições, estão: a participação em reuniões internas relativas a prevenção de acidentes; o encaminhamento e acompanhamento de empregados que sofrem algum tipo de acidente ao setor médico da empresa ou ao atendimento médico hospitalar. De acordo com a gravidade do problemas são realizadas as visitas domiciliares a funcionários que por motivo de doença encontram-se afastados de suas atividades profissionais; pesquisas juntamente com os profissionais da segurança do trabalho as causas de acidentes visando o estudo e implementação de medidas preventivas aos acidentes de trabalho.

3 TRABALHO NA COMARA E A OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO

A palavra trabalho tem sua origem no termo *tripalium* encontrado no baixo-latim, entendida como uma espécie de tortura, que na língua portuguesa do Brasil, expressa uma noção de dor e sofrimento, tendo como veículo o corpo. Nesse sentido, a mitologia grega considerava o trabalho de Sísifo², como um trabalho estafante e inútil, porque, uma vez acabado, era preciso recomeçar. Esse tipo de trabalho era fruto de um castigo, devendo Sísifo carregar uma pedra até o cume de uma montanha, a partir daí esta rolava, tendo que ser carregada novamente para cima. Esta passagem caracteriza, usualmente, as tarefas cansativas e sem sentido, sendo chamadas de “trabalho de Sísifo”.

Na Grécia antiga, já havia a distinção entre o artífice, o artesão, que trabalha com as mãos e o escravo que provê seu próprio sustento e dos seus senhores, utilizando o corpo para atender às necessidades da vida. Nessa época, o labor era tratado com desprezo, uma vez que, na *polis* (cidade), os cidadãos valorizavam às atividades políticas, evitando o esforço físico.

Na sociedade primitiva, o ser humano “trabalhava” basicamente para suprir suas necessidades, produzindo o que consumia, seja roupas, seja alimentos ou seja moradia. Ao se constituírem os povos, o trabalho passou a ser recompensado por mercadorias como uma espécie de troca: nascia o escambo. Até então, era possível obter um trabalho através de uma simples conversa, sem se exigir qualquer tipo de documentação ou comprovação de experiência anterior.

Na Europa dos séculos XVII e XVIII, verifica-se que a expressão trabalho foi, inicialmente, encontrada em escritos políticos ingleses. No início, significava labor, porém, mais tarde no século XIX, com o fim do regime escravista, passa

² Na mitologia grega, Sísifo, era filho do rei Éolo e Enarete, era considerado o mais astuto de todos os mortais. Tornou-se conhecido por executar um trabalho rotineiro e cansativo. Tratava-se de um castigo para mostrar-lhe que os mortais não têm a liberdade dos deuses. Os mortais têm a liberdade de escolha, devendo, pois, concentrar-se nos afazeres da vida cotidiana, vivendo-a em sua plenitude, tornando-se criativos na repetição e na monotonia.

a representar produção, dando impulso a partir de então, a luta por direitos e pela valorização do sentido do trabalho.

Nos atuais dicionários, a palavra trabalho apresenta uma série de significados como: aplicação de forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim; atividade coordenada, caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; trabalho remunerado ou assalariado; labutação, lida, luta; obra literária ou artística.

Na Medicina, o trabalho refere-se ao conjunto de fenômenos que constituem a atividade de parto (dor/sofrimento) e na Física como um esforço empregado para vencer uma resistência. Em Psicologia, o trabalho é tido como um tipo de ação executada pelo homem, de acordo com certas normas sociais, sobre uma matéria, a fim de transformá-la. Na Sociologia, a partir do pensamento de Marx, o trabalho é “a utilização da força de trabalho; sendo também o processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1971, p.297).

Segundo esse autor, o trabalho é essa relação que se estabelece entre o homem e a natureza e a diferenciação do homem perante os animais se faz a partir do momento em que ele começa a produzir para viver. Os homens são capazes de antecipar na sua cabeça os resultados das suas ações, sendo desse modo, capazes de escolher os caminhos que irão seguir. A propósito, Marx construiu uma metáfora entre o trabalho realizado pelo pior arquiteto e aquele realizado pela melhor abelha:

O que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtêm-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade (1971, p.298).

Assim, é através do trabalho, como relação ativa com a natureza, que o homem é, de certo modo, criador de si próprio; e criador não apenas da sua

"existência material", mas também do seu modo de ser ou da sua existência específica, como capacidade de expressão ou de realização de si. Nesse sentido, Iamamoto (2005) afirma que:

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação das suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto distinto da natureza. O trabalho é uma atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades (IAMAMOTO, 2005, p.60).

Pelo exposto, constata-se que o trabalho realizado pelo homem se diferencia do que é desenvolvido pelos animais, pois, possibilita o atendimento de suas necessidades e de seus familiares. Esta é a concepção principal de trabalho apresentada pelos sujeitos desta pesquisa, pois, para eles o trabalho é uma forma de torna-se útil para a sociedade, independente da função exercida, onde cada um tem a sua importância para o cumprimento da missão que é a construção ou manutenção das pistas.

Além desta concepção sobre trabalho, uma outra apareceu entre os pesquisados, desta vez, relacionado a forma de trabalho, pois, trata-se de algo passageiro, algo que tem tempo determinado para começar e para terminar, trata-se dos contratos de trabalho temporário, como é o caso dos trabalhadores civis da COMARA que realizam o seu trabalho por meio de contrato temporário conforme o amparo legal da Lei 8.745 de 09 de dezembro de 1993, que prevê a contratação de servidores civis, em caráter excepcional e, por tempo determinado. Esta Organização tem a particularidade de realizar serviços na área de construção civil, podendo contratar profissionais especializados por um período de 4 (quatro) anos para atender as demandas das obras. Contudo, os mesmos não têm assegurado os direitos trabalhistas e previdenciários conquistados, ao longo da história pelos trabalhadores, a exemplo: o Fundo de Garantia (FGTS), a carteira assinada, dentre outros evidenciando a precarização das relações de trabalho.

Segundo Alves (2007) a precarização do trabalho possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. É síntese concreta da luta de classes e da

correlação de forças políticas entre capital e trabalho. A *precarização* é um processo social de conteúdo histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada que atinge o mundo do trabalho, principalmente, setores mais organizados da classe do proletariado. A precarização do trabalho possui um significado concreto: ela atinge o *núcleo organizado* do mundo do trabalho que conseguiu instituir, a partir da luta política e social de classe, alguma forma de controle sobre suas condições de existência através de mediações jurídicas-políticas.

Os trabalhadores da COMARA não possuem organização sindical, contudo, as relações de trabalho são precárias, visto que o contrato de trabalho é temporário, o que implica na perda de certos direitos trabalhistas e de cidadania, o que expõe os trabalhadores em situação de instabilidade emocional e financeira. Os depoimentos abaixo são ilustrativos:

Quando ocorreu o acidente eu estava no canteiro de obra, e faltavam uns 6 meses para o término do meu contrato, eu acho que isso ocorreu devido eu está muito cansado porque a gente trabalha o dia todo, também estava pensando na minha família e em como será quando eu sair daqui (F.5);

A gente fica pensando em “ajuntar” dinheiro para quando terminar o contrato e acaba viajando muito, o que nos deixa mais cansado, e preocupado com a família. (F.7);

Eu sustento a minha família com o dinheiro que recebo aqui, como será quando eu sair daqui? Minha esposa não trabalha. (f.3).

Estas situações podem ser compreendidas, a partir dos estudos de Antunes (2007), os quais revelam que um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego”, contribuindo, consideravelmente, para a ocorrência de acidentes de trabalho.

Segundo os gerentes e encarregados das obras da COMARA entre os fatores determinantes da ocorrência de acidentes de trabalho nessa organização aparece os seguintes fatores:

à negligência dos servidores e da Organização para solucionar alguns problemas; a imprudência dos servidores;

A falta de fiscalização e controle das atividades; a falta de planejamento na execução dos serviços; a falta de orientação aos servidores quanto aos riscos das atividades;

A falta de conscientização dos servidores quanto à importância do uso do EPI para a prevenção de acidentes de trabalho;

A falta de uma cultura de segurança no trabalho; a falta de planejamento das obras em todos os aspectos, principalmente, para alocar servidores nas funções operacionais (operadores de máquinas), pois foram introduzidas novas máquinas para a realização das obras exigindo novas habilidades do servidor.

Os depoimentos abaixo expressam a concepção dos encarregados dos canteiros acerca dos fatores que levava à ocorrência de acidentes de trabalho na COMARA:

A falta de coerência dos funcionários e da gerência, a falta de EPI, a falta de treinamento para a utilização dos equipamentos, principalmente, dos mais modernos (E.M 1);

Existem vários fatores, desde os aspectos psicológicos ou até mesmo a família; existem alguns em maior evidência que são os atos inseguros e principalmente, aqueles que se colocam em condições inseguras (E.M 3).

Além desses fatores, foi apontado, também, como fator determinante para a ocorrência de acidentes de trabalho os aspectos sociais e psicológicos, pois, os servidores deslocam-se para os canteiros de obra para realizar as suas atividades, permanecendo fora de casa por 3 (três) meses. Com efeito, o cansaço do dia-a-dia de trabalho devido à pressão para o cumprimento dos prazos para a realização das obras e a pressão familiar que, na maioria das vezes se desestrutura completamente pela ausência do “chefe da família”, predispõe certos servidores aos acidentes de trabalho. Constata-se, assim, que muitos foram os casos de problemas familiares que têm repercutido no desempenho profissional dos servidores principalmente, quando eles estão nos canteiros de obra, tornando-os mais vulneráveis a ocorrência de acidentes de trabalho. O depoimento do trabalhador é ilustrativo, neste sentido:

A gente fica longe da família, dependendo do local da obra nem telefone pega e aí a gente fica preocupado com a família e aí acaba não prestando atenção no trabalho. Eu já me cortei, por falta de atenção (F.2).

Acrescenta-se a esses fatores, os dados obtidos nesta pesquisa mostram, segundo os servidores que sofreram acidente de trabalho entre 2007 e 2009, que os fatores determinantes para a ocorrência de acidentes de trabalho na COMARA é a falta de EPI adequado, a falta de treinamento para o manuseio dos equipamentos modernos adquiridos recentemente; a cobrança dos chefes para que a tarefa seja concluída em menor tempo possível.

Tem chefe que não quer saber se a gente tem EPI, ou não, ele quer que a gente cumpra a missão (F.3);

Quando ocorreu acidente eu ainda não estava bem acostumado com a máquina, ela era nova e era a primeira vez que eu estava trabalhando sozinho nela (F.7).

O aprofundamento da análise sobre os determinantes de acidente de trabalho na referida Organização evidencia, que outros fatores também conduziram a ocorrência de acidentes de trabalho como, por exemplo: o desvio de função para a qual não estão habilitados profissionalmente, como exemplo: o agente administrativo desempenhando atividades de responsável pelo abastecimento dos veículos, os motoristas exercendo a função de operadores de máquinas; o auxiliar de mecânico trabalhando na função de mecânico; o soldador exercendo a função de pintor, entre outros.

Para os chefes da Organização pesquisada, o índice de acidente de trabalho ocorrido na mesma é considerado “baixo” em relação a dimensão das obras e a quantidade de servidores:

Pela dimensão das atividades da COMARA, na minha visão ocorrem poucos acidentes de trabalho (R1);

Não ocorrem muitos acidentes, e os que ocorrem são acidentes leves; nunca perdemos um funcionários por acidente de trabalho. No entanto, precisamos analisar os acidentes que ocorrem para que a gente possa corrigir as falhas e evitar a ocorrência de outros acidentes (R2).

Esses depoimentos revelam o trato que os gestores da COMARA vêm dando para a ocorrência dos acidentes de trabalho, nessa organização durante muitos anos, o que pode exemplificar o motivo pelo qual a segurança no trabalho até início de 2008 não se constituiu a prioridade de ação. Como, o comandante da Organização muda a cada 2 (dois) anos, a gestão do comandante que se iniciou em 2008, começou a se preocupar com a segurança

no trabalho, principalmente, durante os últimos anos quando a organização teve que responder a processos trabalhistas referente á acidente de trabalho, embora, em nenhum caso tenha ocorrido o pagamento de indenizações.

Como pode ser constatado, a ocorrência de inúmeros acidentes de trabalho na COMARA requer a compreensão de seus determinantes, o quê implica na necessidade de se precisar o que se entende por acidente de trabalho.

3.1 DETERMINANTES DOS PRINCIPAIS ACIDENTES DE TRABALHO OCORRIDOS NA COMARA.

A origem do acidente de trabalho remonta a história do próprio homem que, sob o ponto de vista da objetividade material, é um ser vivo dotado de vida própria, ou seja, é um ente biológico, passível a várias reações, incluindo as químicas e físicas necessitando, portanto, de saúde e segurança física.

Segundo CARMO, ALMEIDA, et BINDER (1995) apesar da relação entre trabalho e os impactos a saúde ser descrita por estudiosos desde 1700, somente em 1884, na Alemanha é que foi editada a primeira Lei de acidente de trabalho. No Brasil, apenas em 15 de Janeiro de 1919 através do Decreto Legislativo nº. 3.724 foi implantada a 1ª Lei de acidente de trabalho, onde a definição de acidente de trabalho encontra-se extremamente restrita.

A Previdência Social no Brasil, que na sua gênese, década de 1920, era fragmentada e restrita às categorias mais organizadas, caminhou na direção da universalização, assumindo encargos crescentes e diversificados, tornando-se cada vez mais tênue as relações entre os benefícios concedidos e às suas contribuições. O Decreto nº. 89.312, de 23 de Janeiro de 1984, expediu uma nova edição da Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), referente a previdência social urbana, constituída da Lei nº. 3.087, de 26 de Agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) e a legislação complementar, incluindo as questões referentes aos acidentes de trabalho.

Com a Promulgação da Constituição de 1988, a saúde foi incorporada como um dos pilares da seguridade social. O sistema Previdenciário passou a ser composto por dois sistemas: sistema de seguridade social que é formado

pelo tripé previdência social, saúde e assistência social e o sistema de aposentadoria.

Sob o aspecto legal, o acidente de trabalho, está fundamentado no artigo 19 da Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 que conceitua acidente de trabalho como aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou perda, redução permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Já a concepção prevencionista o acidente de trabalho pode ser definido como a ocorrência não programada, inesperada ou não, que interrompe ou interfira no processo normal de uma atividade, ocasionando perda de tempo e/ou lesões nos trabalhadores, e/ou danos materiais. Essas concepções sobre acidente de trabalho possuem pontos em comum, como por exemplo, as lesões da capacidade para o trabalho. Para Rolo (2000) um acidente nunca tem origem em apenas uma causa, mas sim em diversas, as quais vão se acumulando até que uma última precede o ato imediato que ativa a situação factual do acidente.

Neste sentido, Araújo Júnior (2009), destaca com base nos dados do Ministério da Previdência Social e Assistência Social, que, no ano 2000 foram concedidos 2.949.149 (dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, cento de quarenta e nove) benefícios previdenciários e no ano de 2007 foram concedidos 4.173.350 (quatro milhões, cento e setenta e três mil e trezentos e cinqüenta), o que corresponde a um aumento de 141,51%, ressaltando que destes benefícios 53,33% refere-se à aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-acidente, o que equivale a 2.225.648 (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito) ocorrências apenas no ano de 2007, sendo mais de 70% oriundos de acidentes de trabalho.

No entanto, segundo Oliveira (2001) esses dados não comprovam exatamente a realidade, pois, é grande a quantidade de acidentes que não são notificados, seja por ignorância dos envolvidos, seja por receio das conseqüências ou por falta de registro do acidente de trabalho.

A notificação dos acidentes de trabalho na COMARA até 2007, não era uma prática usual, pois, muitos gerentes e encarregados de obra com receio de serem “punidos” pela administração, não comunicavam os acidentes, e

“solucionavam” as suas conseqüências sem que a SEDE³ dessa Organização fosse informada. Com efeito, a maioria dos danos causados por tais acidentes, eram identificados meses depois da ocorrência dos mesmos, e em outros casos não se tinha qualquer informação. Para solucionar, ou ao menos amenizar este problema, foi necessário a realização de um trabalho educativo promovido pelo serviço social da Organização com os gerentes e encarregados, constando de atendimentos individuais ou em pequenos grupos quando foi esclarecido que comunicar um acidente não significa “fracasso”, mas sim, reconhecer que a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT é um direito do servidor, pois garante ao servidor, em caso de afastamento por mais de 15 (quinze) dias que o mesmo, após Perícia Médica no INSS tenha acesso ao direito de auxílio-acidente, sem redução de seu salário, conforme preconiza a Legislação Previdenciária.

Contudo, atualmente, avalia-se que os registros só abrangem 50% dos acidentes de trabalho efetivamente ocorridos, principalmente, a partir de 1991, quando a Lei n. 8.213/91 institui a garantia de emprego por 12 (doze) meses, para o empregado acidentado após a cessão do auxílio-doença.

Neste estudo constatou-se que, segundo os servidores que sofreram acidente no período acima referido, a maioria dos acidentes ocorreram próximo ao término dos 4 (quatro) anos de contrato de trabalho, o quê nos permite deduzir que muitos servidores “forçavam” a ocorrência de um acidente objetivando a permanência no emprego por mais 12 (doze) meses. No entanto, por ser um contrato por tempo determinado a Lei não prevê esta estabilidade e o término do contrato se efetivava, mesmo com os trabalhadores sequelados ou recebendo auxílio-doença os servidores são demitidos.

O quadro a seguir evidencia que, em geral, os acidentes de trabalho na COMARA ocorrem próximo ao término do contrato:

³ A Sede da COMARA é situada em Belém, e é onde funciona todos os setores administrativos.

ANO	TEMPO DE TRABALHO (ANOS)				TOTAL
	0 - 1	1 - 2	2 - 3	3 - 4	
2007	0	3	3	4	10
2008	4	3	3	5	15
2009	3	3	4	5	15

Ilustração 25 – Quadro de Identificação da ocorrência de acidentes de trabalho segundo o tempo de trabalho na COMARA.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados obtidos na pesquisa de campo realizada durante o ano de 2009.

O fato dos acidentes de trabalho na COMARA ocorrerem em sua maioria nos 2 (dois) últimos anos do contrato de trabalho, pode estar relacionado não somente a preocupação com o desemprego, mas também pela pressão das chefias para a conclusão da obra.

A preocupação com o desemprego, certamente, provoca insegurança e instabilidade emocional visto que, a sua reprodução social e de sua família depende da venda da sua força de trabalho. A situação sócio-econômica desses servidores pode ser caracterizada como precária, visto que a grande maioria recebe até 2 (dois) salários mínimos e esse salário é a única fonte de renda para o sustento da sua família.

Importa referir que o número de acidentes de trabalho ocorridos nessa Organização pode estar distorcido, pois, muitas doenças originadas do trabalho, portanto, equiparadas legalmente a acidente de trabalho, são diagnosticadas e tratadas como doenças comuns. Esta situação ocorre com bastante frequência entre os motoristas e operadores de máquinas pesadas, os quais apresentam problemas de “lombalgia” que são consideradas doenças comuns, as quais que podem ter sido provocadas pela função que os mesmos exercem, mas que não são tratadas pela Organização como acidente de trabalho. Neste sentido, faz-se necessário o entendimento do que é segurança no trabalho identificando as ações para a redução de tais índices.

3.2 SEGURANÇA NO TRABALHO

Segurança do Trabalho que é definida por Vieira (1994) como uma série de medidas de segurança técnicas, médicas e psicológicas, destinadas a prevenir acidentes profissionais, educando os trabalhadores nos meios de evitá-los, como também procedimentos capazes de eliminar as condições inseguras do ambiente de trabalho.

Para Webster (1996) a segurança do trabalho é concebida como a parte da engenharia que trata de reconhecer, avaliar e controlar as condições, atos e de insegurança nos ambientes de trabalho, com o intuito de evitar acidentes com danos materiais e, principalmente, à saúde do trabalhador. Segundo esta concepção, os acidentes ocorridos na COMARA podem ser atribuídos aos atos inseguros e as condições inseguras, conforme mostra o gráfico abaixo:

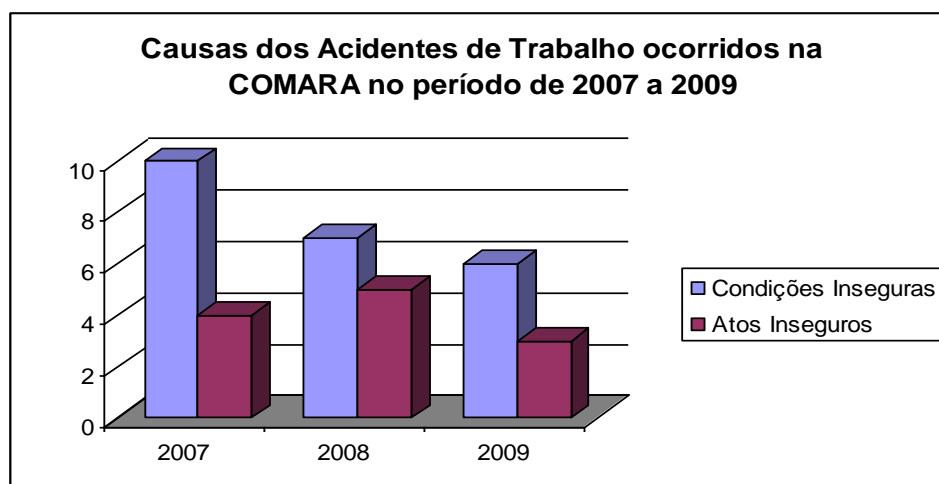


Ilustração 26 – Gráfico que revela as Causas dos Acidentes ocorridos na COMARA no período de 2007 a 2009.

Fonte: Seção de Assistência Social da COMARA

Os dados anteriores evidenciam que os acidentes ocorridos na COMARA entre 2007 e 2009 foram atribuídos à estes dois fatores. Nota-se assim que, em 2007, a maioria dos acidentes ocorreram devidos as condições inseguras pois, a própria Organização colocava o servidor nessas condições, uma vez que não eram oferecidos os equipamentos de proteção individual e coletiva e condições de trabalho seguras. No entanto, a partir de 2008 foram adquiridos os equipamentos de proteção individual e coletivo e as instalações tanto da SEDE quanto dos canteiros de obra passaram por reformas objetivando “eliminar” os riscos e garantir qualidade de vida aos servidores.

Considerando que o homem é um ser complexo, faz-se necessário compreender a segurança no trabalho a partir de três enfoques preponderantes: segurança física, segurança psicológica, segurança psicossocial.

Segurança Física: pode ser entendida como, tudo o que o homem necessita, ao longo da sua vida, para defender e proteger o seu corpo, a começar pela satisfação das suas necessidades fisiológicas essenciais e a terminar na defesa contra agentes e riscos exteriores. A preocupação pela segurança física constitui o escalão mais baixo de satisfação das necessidades humanas, correspondendo ao nível mais elementar das necessidades de qualquer outro ser vivo. Mesmo nos países ditos civilizados ainda está longe de serem alcançados os níveis aceitáveis de segurança física para todos, em especial, para os que trabalham em condições inseguras, como é, por exemplo, o trabalho na área da construção civil, e as condições de trabalho dos trabalhadores da COMARA.

Segurança Psicológica: considerada a partir da interferência que a personalidade de cada pessoa que expressa os níveis de conhecimento e os padrões culturais adquiridos repercutem no ato do trabalho. Sendo assim, o trabalhador que não esteja satisfeito consigo mesmo, não pode executar trabalho seguro, nem pode inspirar confiança e segurança aos seus colegas de trabalho. O enfoque sobre segurança psicológica está relacionada ao desempenho, bom senso, inteligência, motivação, habilidade, estima, satisfação, sentido de pertença, ambição, autodomínio, estabilidade emocional, realização pessoal, etc.

Segurança Psicossocial: refere-se aos sentimentos expressos por um grupo de cidadãos, ou mesmo de todos os residentes de um país, quanto às diversas situações de risco passíveis de atingir, a que normalmente se contrapõe um sistema de segurança social. No mundo do trabalho, as diversas equipes envolvidas em uma certa forma de trabalho, necessitam, em especial, de um permanente estado de espírito coletivo, coeso que tem por base variáveis tais como: o relacionamento interpessoal, a liderança, a integração, a cooperação, a participação, a solidariedade, os sistemas de comunicação, a cultura de empresa, etc.

Ao considerar esses fatores que propiciam a segurança no trabalho apontados por Webster (1996) pergunta-se como se apresentam as condições de trabalho dos pesquisados? Embora tenha ocorrido avanços na concepção de segurança no trabalho na COMARA, o foco ainda está apenas na segurança física, encontra-se ainda abaixo do nível aceitável.

Entre as Leis que regulamentam a Segurança e saúde dos trabalhadores está: a Constituição Federal no capítulo II (Dos Direitos Sociais), artigo 6 e artigo 7, incisos XXII, XXVIII e XXXIII, dispõe, especificamente, sobre segurança e saúde dos trabalhadores; a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT – dedica seu capítulo V à Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a redação dada pela lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977; e o Ministério do Trabalho por intermédio da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 que aprovou as Normas Regulamentadoras (NR) previstas no Capítulo V da CLT. Esta mesma Portaria estabeleceu que as alterações posteriores da NR seriam determinadas pela Secretária de Segurança e Saúde do Trabalho.

No Comando da Aeronáutica, as Legislações existentes se equiparam àquelas previstas pelo Ministério do Trabalho e Emprego discriminadas abaixo:

Norma Regulamentadora	COMAER	Assunto
NR4 – SESMT	DCAP 03 – COMGAP/2002	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) São estes os profissionais que podem compor o SESMT: Engenheiro de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho e Técnico de Segurança do Trabalho.

NR5 – CIPA	DCAR131A/COMGAR/1997 DCAP 002/ COMGAP/2002 DCA 164-1/ DECEA/2002	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)
NR6 – EPI	ICA 12-17 / COMGAP/2005	Equipamento de Proteção Individual (EPI)
NR7 – PCMSO NR9 – PPRA	OT 18 - 2005 / DIRSA	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)
Quadro II (Avaliação e Acompanhamento da Audição – NR7 PCMSO)	ICA 160-7 / DIRSA/2002	Acompanhamento da Audição
NR23	NSCA 92-2 / DIRENG/2005	Proteção Contra Incêndios Estabelece os procedimentos e exigências para a prevenção e combate à incêndios nas empresas
NR 15 e 16 LTCAT		LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho. Instituído pela Lei nº 8.212/91 e nº 8.213/91 e aprovado pelo Decreto nº 3.048/99; classifica as atividades com relação a Insalubridade, Periculosidade e Aposentadoria Especial, pode ser feito por

		função ou individual por funcionário
NR 18		Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT é um plano que estabelece condições e diretrizes de Segurança do Trabalho para obras e atividades relativas à construção civil.

Ilustração 27 - Quadro comparativo das Legislações do Ministério do Trabalho e Emprego e Comando da Aeronáutica sobre Segurança no Trabalho e Saúde do Trabalhador
Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa de bibliográfica.

Para a operacionalização dessas legislações torna-se, importante a existência de Política de Segurança no Trabalho, pois a implantação de tal política permite a criação de instrumentos de inestimável valor administrativo que definem as linhas que serão obedecidas em todas as ações administrativas, tendo como foco às metas de segurança no trabalho.

Assim, a Política de Segurança deve ser de caráter prevencionista fazendo parte do conjunto de políticas de certa Organização, contribuindo para a segurança e a saúde dos trabalhadores.

A propósito observou-se neste estudo que tanto os gerentes e os encarregados quanto os representantes da administração, que são os chefes das divisões da COMARA reconhecem a importância de uma política de segurança e saúde dos trabalhadores a partir de um enfoque prevencionista, não apenas para os servidores mais também para Organização, pois favorece o cumprimento da missão da mesma. Os depoimentos abaixo revelam tal constatação:

A Política de Prevenção de acidentes exerce um papel essencial para o bom andamento da obra, pois está voltada para garantia da integridade física e mental dos profissionais. Integridade física porque ajuda o profissional a identificar os riscos e se prevenir contra acidentes; e mental porque quando ocorre um acidente no local de trabalho afeta o psicológico de todos tanto daqueles que presenciaram quanto daqueles que ouviram falar no acidente (G1);

Com uma Política de Segurança teríamos a forma correta de trabalharmos, estaríamos respaldados legalmente e garantiríamos melhores condições de trabalho para os nossos funcionários (G7);

É de suma importância, visto que, programas desse tipo que se chega a um ambiente de trabalho saudável e conseqüentemente, a conscientização dos trabalhadores e encarregados quanto aos riscos de acidente (R1);

Uma Política bem planejada onde os profissionais que atuam na área de prevenção de acidente estejam engajados na causa e conscientização de sua posição dentro do processo de prevenção de acidente (R2).

Importa destacar que apesar desses pesquisados reconhecerem a importância de uma Política de Segurança, para a prevenção de acidentes de trabalho a mesma ainda é vista na Organização como função de uma equipe profissional formada por: Assistente Social, Psicóloga, Técnico de Segurança e Médico.

Neste sentido, considera-se ilustrativo o depoimento abaixo:

Por ser a sua área, da psicóloga, do médico e do técnico de segurança no trabalho eles devem atuar diretamente com os que executam o serviço. Realizar palestras e Simpósios de Prevenção de Acidente de Trabalho; Realizar atividades desenvolvam a conscientização de todos os níveis da empresa; Realizar palestras mensais sobre a prevenção de acidentes de trabalho. Investimento em EPI, cursos de qualificação, palestras de motivação buscando a conscientização de todos em um elevado grau. (E4)

Apesar desses profissionais terem como uma de suas atribuições, as ações voltadas para a segurança no trabalho, não é responsabilidade apenas da equipe interdisciplinar da Organização, mas de todo o efetivo da mesma. Com efeito deve ter base a formação de uma cultura de segurança onde o “alto escalão da Organização” esteja comprometido.

Nesta perspectiva, torna-se importante analisar a contribuição do assistente social na prevenção de acidente de trabalho.

4. A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO.

As demandas relacionadas à segurança no trabalho e à saúde do trabalhador vem crescendo no COMAER nos últimos anos, e para o atendimento das mesmas foi criado o Núcleo de Segurança do Trabalho que é subordinado a SDEE, coordenado, atualmente, por uma assistente social.

O objetivo deste Núcleo é a elaboração e execução das ações da Política Social voltada para a Segurança e Saúde do Trabalhador no âmbito do COMAER, quais sejam: 1. Assessoramento às CIPAS das Organizações militares da Aeronáutica, com enfoque nos aspectos sociais que envolvem o acidente, objetivando analisar as principais causas e conseqüências para o trabalhador acidentado, contribuindo dessa forma, para a compreensão do acidente análise na perspectiva da totalidade social do acidente de trabalho; 2. Desenvolver ações interdisciplinar, em conjunto com os assistentes sociais, médicos, técnicos e engenheiros de segurança, etc.; 3. Atendimento ao efetivo de trabalhadores civis e militares em termos da segurança e saúde do trabalhador; 4. Realizar pesquisas junto às OM objetivando identificar e analisar as estatísticas dos casos de acidentes registrados; 5. Possibilitar meios para a interlocução entre os profissionais de Serviço Social das diversas OM sobre a temática “Segurança no Trabalho”; Contribuir para a consolidação das ações, junto ao trabalhador vítima de acidente e a sua família, tendo em vista a recuperação de sua saúde e o seu retorno ao trabalho.

As ações desenvolvidas no Núcleo de Segurança no Trabalho estão em consonância com àquelas realizadas pelo assistente social, cuja base norteadora é a necessidade de reorientação da concepção sobre a relação de trabalho, saúde e doença.

Nessa ótica, as condições de trabalho determinam a condição de vida dos trabalhadores que afetam a saúde dos mesmos. Sendo assim, as condições de vida dos trabalhadores e os processos de trabalho no COMAER passam a ter centralidade para a formulação de estratégias de atenção a saúde do trabalhador e conseqüentemente, para a prevenção de acidentes de trabalho nas Organizações Militares.

A prática profissional dos assistentes sociais pode ser entendida, como uma prática racional onde o exercício profissional orientado por um projeto profissional que contenha valores universalistas, baseado no humanismo concreto, numa concepção de homem enquanto sujeito autônomo, orientado por uma teoria que vise apreender os fundamentos dos processos sociais e iluminar as finalidades, faculta aos assistentes sociais a consciência de pertencer ao gênero e lhe permite desenvolver escolhas capazes de desencadear ações profissionais motivadas por compromissos sociocêntricos que transcendem a mera necessidade pessoal e profissional [...], orientados por um projeto profissional crítico, os assistentes sociais estão aptos, em termos de possibilidade, a realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e compromisso indiscutíveis (GUERRA, 2007, p.15) .

Com efeito, a prática profissional do assistente social no COMAER requer um estudo da realidade de cada Organização, de forma a possibilitar o conhecimento sobre a particularidade de cada localidade a fim de subsidiar a formulação e a implantação de programas e projetos e a participação efetiva dos servidores. Esses programas e projetos devem ser submetidos ao acompanhamento e a avaliação efetuada pelo assistente social e os demais profissionais da área da saúde e técnico de segurança possibilitando assim, o controle, o encaminhamento dos casos para as localidades e o intercâmbio das informações o que de certo propiciara a qualidade no atendimento junto aos servidores.

As ações do Serviço Social estão voltadas para os impactos sociais do acidente de trabalho na vida do servidor e sua família. Sendo assim, torna-se necessária a interlocução com os diversos profissionais que compõem a equipe de segurança no trabalho objetivando responder as demandas postas e aos encaminhamentos dos trabalhadores.

Para tal, a instrumentalidade no exercício profissional do assistente social, isto é, o uso dos instrumentos necessários para o agir profissional, através dos quais os assistentes sociais podem efetivamente objetivar os resultados profissionais propriamente ditos (GUERRA, 2007). Sendo assim, a instrumentalidade é concebida como uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita

que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade adquirida no exercício profissional que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

Tais conhecimentos têm sido incorporados pela profissão e particularizados na análise dos seus objetos de intervenção. Mas a profissão, também tem produzido, através da pesquisa e da sua intervenção, conhecimentos sobre as dimensões constitutivas da questão social, sobre as estratégias capazes de orientar e instrumentalizar a ação profissional (dentre outros temas) e os tem partilhado com profissionais de diversas áreas.

Com esse entendimento a intervenção profissional do assistente social na COMARA se dá de acordo com o tipo do acidente, conforme o mostra fluxograma a abaixo:

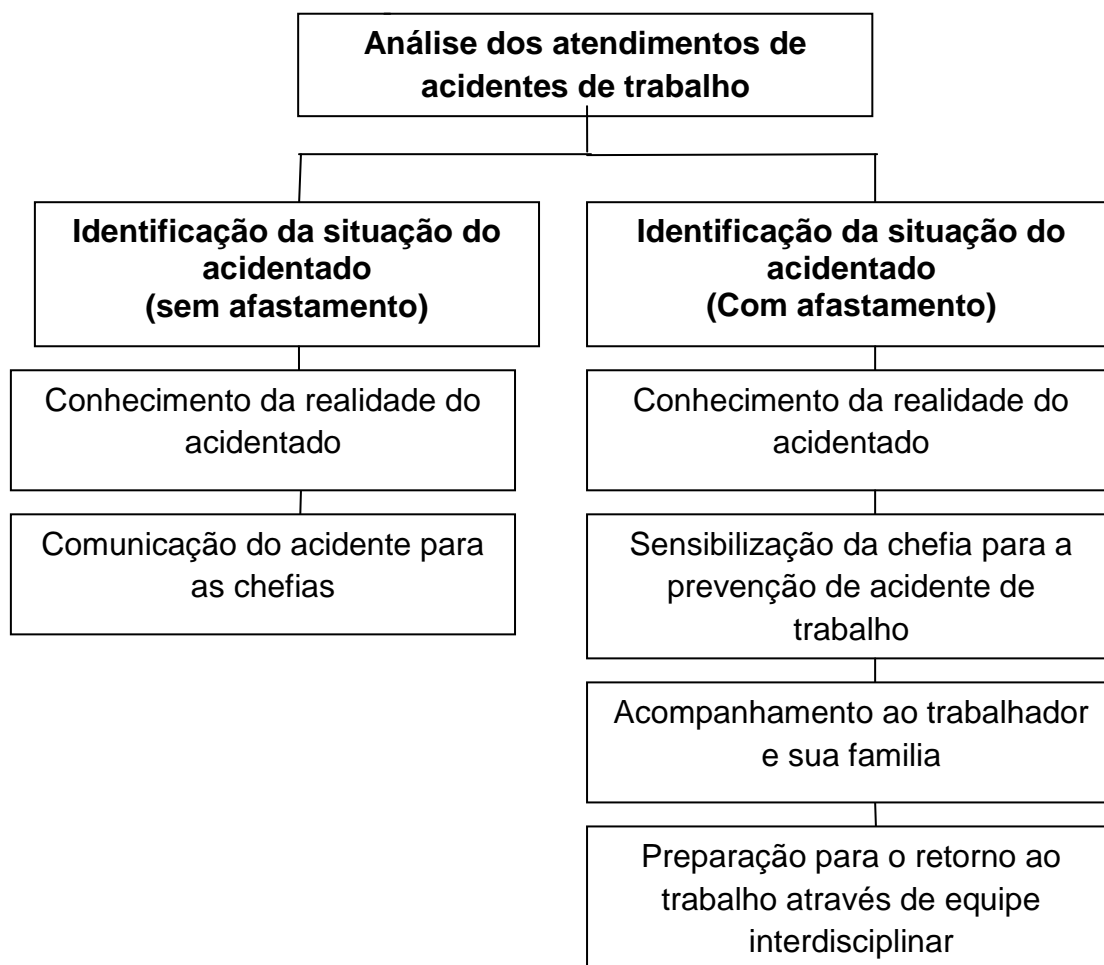


Ilustração 28 – Fluxograma que revela a Intervenção Profissional do Assistente Social segundo a ocorrência de acidente de trabalho.

Fonte: Núcleo de Segurança no Trabalho (DIRINT / SDEE) / 2009.

4.1 A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DA COMARA.

A partir de 1960, aumentou significativamente o debate acerca da necessidade da intervenção profissional do assistente social em equipe interdisciplinar. A interdisciplinaridade possui um caráter complexo e o seu estudo pode ser realizado a partir de duas abordagens distintas, mas que segundo NOGUEIRA (1997) estas apresentem interdependência, mas possuem objetivos e procedimentos diferenciados.

A primeira abordagem relaciona-se com a construção do conhecimento, na qual a interdisciplinaridade aparece “como um novo princípio organizador do conhecimento”, pois, desfazendo-se das separações absolutas entre as disciplinas tradicionalmente arraigadas, a interdisciplinaridade proporciona a implantação de uma visão holística e a formação de uma postura crítica.

A segunda abordagem concentra-se na aplicação da interdisciplinaridade como método de trabalho considerando-a uma ação interventiva que parte dos mesmos princípios da primeira, destinando-se, porém a trabalhar com problemas práticos.

“A concepção de interdisciplinaridade adotada neste estudo é a de uma postura ou uma perspectiva de articulação dos conhecimentos que passa a ser uma necessidade cada vez mais incontestável no mundo do trabalho” (RODRIGUES, 1999, p.153) onde é impossível pensar a ação do assistente social fora dessa relação. Assim, a interdisciplinaridade como postura profissional e princípio constituinte da diferença e da criação, compreende que o Serviço Social ao articular diferentes conhecimentos de modo próprio, em um movimento crítico entre prática-teoria e teoria-prática é uma profissão interdisciplinar por excelência.

Neste sentido, para o Serviço Social, a interação com outras áreas é particularmente primordial, pois, seria fatal manter-se isolado ou fazer-se cativo, pois a interdisciplinaridade enriquece-o, flexiona-o no sentido de romper com a univocidade de discurso, de teoria para abrir-se à interlocução diferenciada com outros. Isto implica romper com dogmatismo muitas vezes cultivados no interior da profissão (IDEM, 1995).

A intervenção profissional com base na interdisciplinaridade é preconizada no Código de Ética do Assistente Social, no capítulo III, artigo 10, alínea d, no qual a participação em equipes interdisciplinares é apresentada como um dever profissional a ser cumprido sempre que se apresentarem possibilidades.

Portanto, o assistente social ao criar novas estratégias de intervenção profissional deve-se articular com profissionais de outras áreas de saber, transformando esta intervenção em uma troca de conhecimento a fim de responder às demandas que lhes são postas. Na COMARA, a intervenção profissional do assistente social se comparada às demais Organizações do Comando da Aeronáutica, se apresenta bastante diferenciada pelo fato do seu efetivo ser composto por servidores civis e militares, sendo cada um amparado por uma legislação específica.

Até 2007, a intervenção profissional do assistente social nessa Organização, se realizava isoladamente conforme evidenciado nos documentos constantes nos arquivos do setor de Serviço Social onde a maior demanda estava voltada para a concessão de benefícios sociais (material de construção, material escolar, cesta básica e até auxílio financeiro, o que funcionava como “banco” onde os servidores tomavam dinheiro emprestado e pagavam de forma parcelada sem juros. Devido à grande quantidade de servidores “endividados” este tipo de benefício foi suspenso, permanecendo apenas a concessão de benefícios sociais que atendiam a uma necessidade pontual, com ressarcimento de 50% (cinquenta por cento) do valor total em até 10 (dez) vezes e descontado em folha de pagamento.

O fluxograma abaixo evidencia a intervenção profissional do assistente social na COMARA, segundo os usuários civis e militares de acordo com o seu efetivo

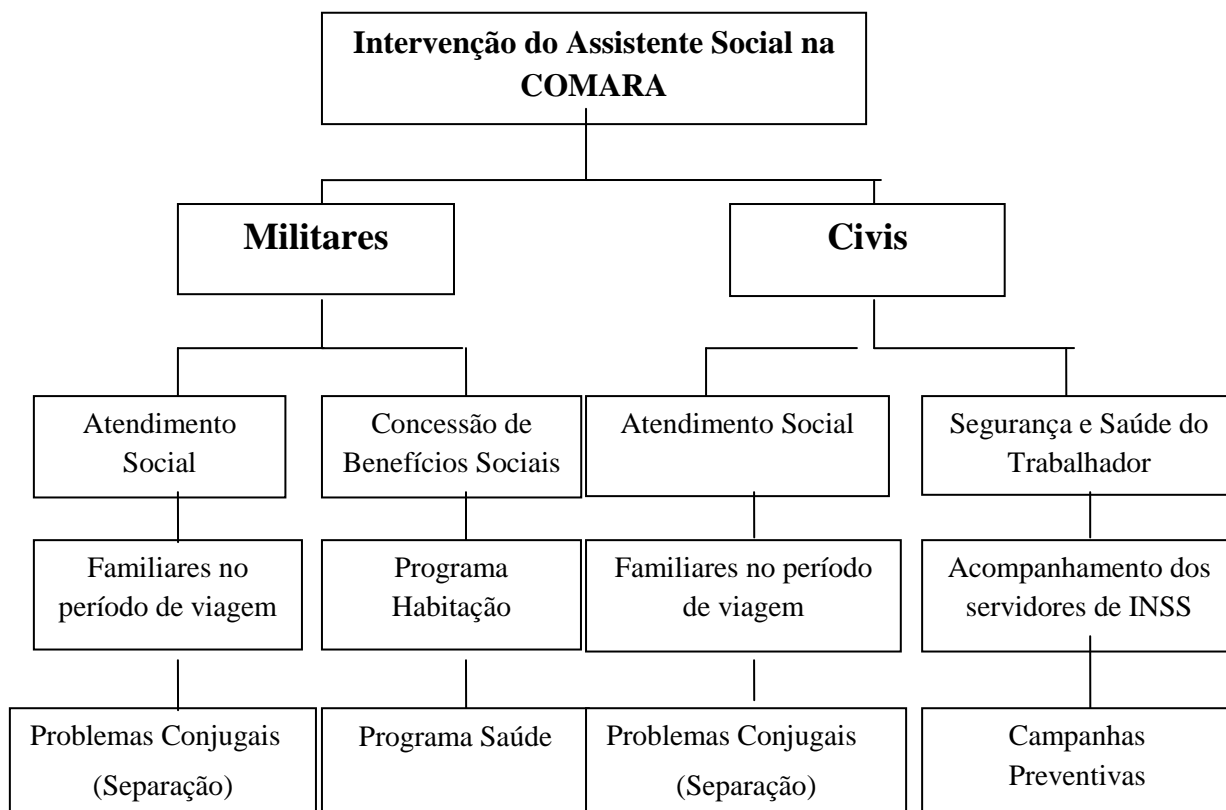


Ilustração 29 – Fluxograma que revela a Intervenção Profissional do assistente social por segmentos de trabalhadores da COMARA

Fonte: Elaboração própria, baseado nos registro de atendimentos realizados até março de 2010.

Como pode ser observado, na COMARA, a intervenção profissional é a política da empresa (serviços oferecidos), e as demandas posta pelos trabalhadores caracterizada pelos civis e militares. Os atendimentos sociais, normalmente são efetuados junto aos militares e seus familiares no período em que os mesmos estão nos canteiros de obra, que se estendem desde problemas conjugais (estando o maior índice voltado para os processos de separação) até a concessão de benefícios sociais (programa habitação e saúde).

Meu marido estava viajando, e nessas viagens eles passam 3 meses, mas quando achei que ele já estava voltando ele me ligou dizendo que iria “renovar” e ficaria lá por mais 3 meses, na hora pensei: Ele já tem outra pessoa lá e por isso aceitou “renovar” então resolvi procurar a assistente social que ligou para o canteiro de obra, para saber o motivo da renovação do tempo e como eu já imaginava, ele havia pedido para “renovar” porque já estava envolvido com outra pessoa lá (M.1).

Não sou daqui, não tenho parentes aqui, então quando o meu marido viaja eu preciso recorrer a assistente social para resolver aqui que não consigo resolver (M.2).

Já para os civis também ocorre o atendimento social aos familiares nos períodos em que os mesmos estão trabalhando nos canteiros de obra os problemas conjugais, onde predominam os casos de (separação). No entanto, a maior demanda de atendimento desse segmento está relacionada à segurança no trabalho onde é realizado o acompanhamento médico dos servidores que estão afastados por auxílios-doença, assim como a redução dos índices e acidente de trabalho são realizadas as campanhas preventivas objetivando a prevenção de acidentes de trabalho.

Conforme, referido anteriormente, a área da segurança no trabalho e saúde do trabalhador se constitui a maior demanda dessa OM, para a intervenção profissional do assistente social. Contudo, a intervenção profissional do assistente social até início de 2007 ocorria pós-acidente de trabalho, quando eram freqüentes a realização de visitas hospitalares e/ou domiciliares e acompanhamentos dos acidentados afastamentos pelo INSS.

A partir de 2008, a intervenção profissional do assistente social passou a se efetivar com base em uma equipe interdisciplinar formada por psicólogo, assistente social, médico e técnico de segurança no trabalho. Entretanto, existem alguns profissionais que ainda não conseguem identificar a função específica de cada profissional nas ações voltadas para a segurança no trabalho. Dessa forma, a ação de um profissional acaba tendo mais visibilidade do que a de outros, durante a realização de uma ação voltada para a segurança no trabalho / saúde do trabalhador. Assim, alguns profissionais têm mais visibilidade do que outros, por ocasião de uma ação que foi pensada e planejada por todos os componentes da equipe interdisciplinar.

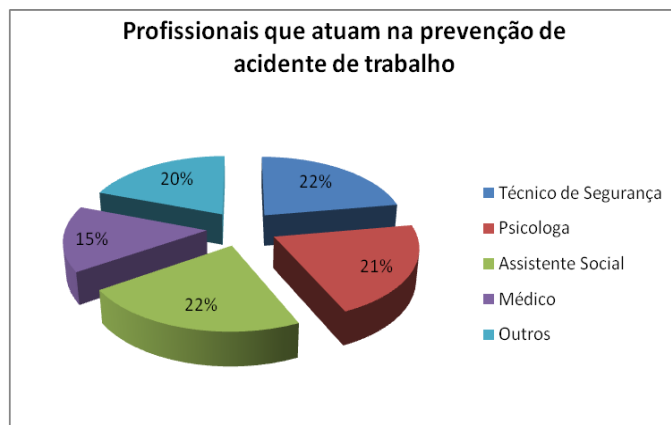


Ilustração 30 – Gráfico com a Identificação dos profissionais que atuam na prevenção de acidente de trabalho na COMARA

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo realizada, em 2009.

Na tentativa de verificar se os pesquisados tinham conhecimento sobre a particularidade da ação de cada profissional que forma a equipe interdisciplinar que atua na área da segurança no trabalho na COMARA, os mesmos foram interrogados sobre quais são os profissionais que atuam na prevenção de acidente de trabalho, tendo a maioria respondido que apenas o assistente social e o técnico de segurança. Este fato, provavelmente, é devido esses profissionais trabalharem na mesma área, o que possibilita o planejamento das ações e dos atendimentos voltados para esta demanda.

Quem trabalha com a segurança no trabalho quando estamos na Sede é a assistente social e o técnico de segurança (S.2).

Quem organizar as atividades de prevenção de acidentes é a assistente social e o técnico de segurança (S.3).

No que se refere à psicóloga, a qual recentemente passou a fazer parte da equipe de segurança do trabalho, há alguns meses, os pesquisados vêem esse profissional como o que atua na prevenção de acidentes de trabalho.

A prevenção de acidente de trabalho é feita por uma equipe formada pela assistente social, psicóloga e o técnico de segurança. São eles que realizam as atividades e orientam os funcionários e os encarregados dos canteiros de obra (S.4).

Quanto ao médico, este era considerado pelos pesquisados como o profissional que atuava no pós-acidente de trabalho e na reabilitação profissional, embora o mesmo desenvolva ações em outro setor na COMARA. De forma gradual, esse profissional passou a planejar as suas ações em

conjunto com os demais profissionais. Com efeito, contata-se que as ações profissionais do médico nessa Organização, ainda são executadas numa perspectiva curativa, ou seja, voltados para o servidor já doente / acidentado.

Agora quem trabalha na prevenção de acidente é a assistente social, o técnico de segurança, a psicóloga e o médico. Antes o médico só era comunicado depois que ocorria o acidente, quando a gente vinha entregar o atestado médico ou quando ele “ia” no hospital fazer visita (S.1).

Além dos profissionais já citados acima, existem outros que atuam na área de prevenção de acidentes do trabalho na referida organização, sendo eles: os gerentes e os encarregados nos canteiros de obra. Os gerentes são os chefes da obra, aqueles que determinam as “regras” do trabalho durante o período de execução das obras nos canteiros de obras, isto é, aqueles que decidem sobre as ações de segurança no trabalho e saúde para os canteiros de obra.

Os encarregados são os responsáveis pela parte burocrática e de apoio logístico (entrega de EPI, emissão de CAT, levantamento dos dados antropométricos, ou seja, o quantitativo de EPI necessário para a continuidade daquela obra. Em geral, a solicitação desse equipamento é realizada mensalmente. TO encarregado de campo é os responsáveis, ainda pela fiscalização das ações durante o tempo daquela obra.

Neste sentido Vasconcelos (2008) refere-se que a saúde do trabalhador está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde, como direito, no Art. 200/ II da Constituição Federal de 1988 e regulamentado na Lei nº 8.080/ 1990. No que compete ao SUS, cabe aos assistentes sociais: participar da assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho.

Na área da saúde do trabalhador, os assistentes sociais têm um papel importante no que tange à democratização de informações aos trabalhadores sobre as condições de trabalho, as doenças mais comuns e sobre o controle de riscos de cada setor de trabalho. Compete ainda a este profissional esclarecer aos mesmos sobre os determinantes sociais, ambientais ou profissionais a(s) doenças os quais estão acometidos, para além dos diagnósticos de doenças e suas prescrições.

Sendo assim, o Serviço Social tem criado estratégias que possibilitem reflexões e facilitem a participação dos trabalhadores através da criação de espaços coletivos para a democratização de informações e conhecimentos produzidos pelos diferentes profissionais e equipes, necessários aos usuários para o esclarecimento sobre o de seu corpo e defesa de sua saúde e vida como, por exemplo: acidente no trabalho.

Para muitos gerentes e encarregados a realização de palestras, e o espaço da reunião, em si, têm pouco valor como instrumento de trabalho na área de segurança do trabalho. Mas, na lógica da reflexão, o espaço criado e coordenado pelo assistente social contém a possibilidade e capacidade de organizar, capacitar, fortalecer, democratizar, politizar.

Essas condições devem possibilitar a superação da lógica de inserção dos profissionais e da operacionalização das ações baseada em atenção individualizada, burocrática, repetitiva, acrítica, “humanizadora” de relações pessoais, isto é, ações calçadas na orientação, no encaminhamento, no aconselhamento, no acolhimento, na humanização das relações pessoais. Sendo assim, os atendimentos aos servidores acidentados na COMARA são realizados por uma equipe interdisciplinar, conforme evidencia o fluxograma abaixo:

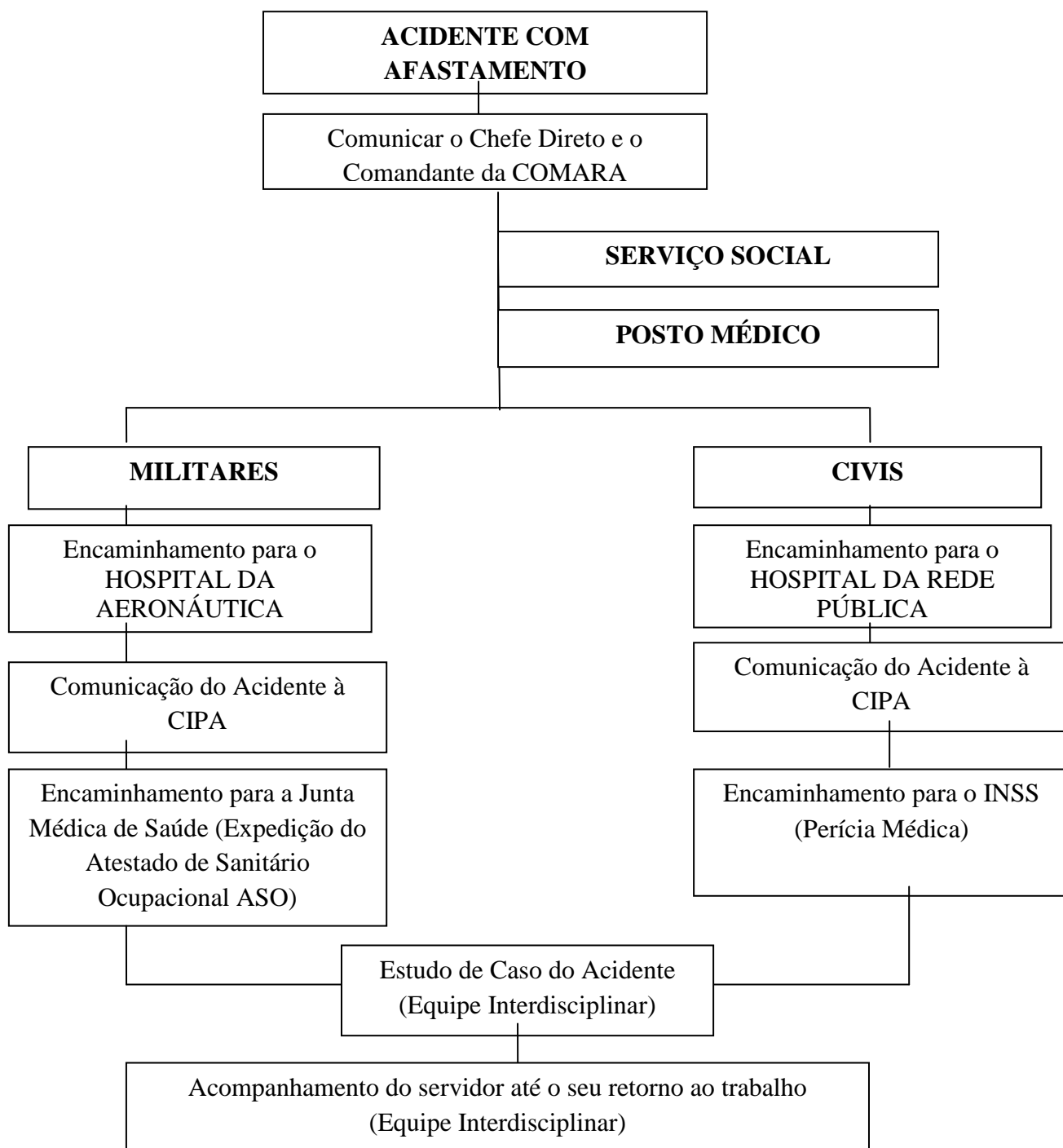


Ilustração 31 – Fluxograma apresentando das ações realizadas pelo assistente social em situação de acidente de trabalho.

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo realizada em março de 2010.

Em caso de acidentes de trabalho os chefes imediatos dos trabalhadores acidentados são avisados os quais comunicam o acontecimento ao Vice-Presidente (Comandante da COMARA). Posteriormente, os mesmos comunicam ao médico que fica no Posto Médico da OM e o Serviço Social.

Se o acidentado for militar, o assistente social irá encaminhá-lo e acompanhá-lo até o Hospital da Aeronáutica para a avaliação médica. A seguir a CIPA é informada sobre o acidente para que seja feita a análise do acidente buscando identificar as causas do mesmo e respaldar a emissão do ASO. Caso o mesmo precise se afastar por mais de 30 (trinta) dias, o médico da OM o encaminhará para a Junta de Saúde que irá conceder a licença médica necessária para o seu tratamento de saúde e posteriormente ao trabalho.

Se o acidentado for um trabalhador civil o assistente social irá encaminhá-lo e acompanhá-lo até o Hospital da Rede Pública para avaliação médica, Posteriormente, a CIPA é informada sobre o acidente para que seja feita a análise do acidente buscando identificar as causas do mesmo e respaldar a emissão da CAT. Caso o mesmo precise se afastar por mais de 15 (quinze) dias, o assistente social da OM o encaminhará para a Perícia Médica no INSS que irá conceder a licença médica necessária para o seu tratamento de saúde e retorno ao trabalho.

Em ambos os casos, após o atendimento médico e a estabilidade do estado de saúde do servidor, seja civil ou militar, é realizada uma reunião com a equipe interdisciplinar, ocasião em que é apresentado o relatório da análise do acidente feito pelo técnico de segurança do trabalho. A partir de então, a equipe passa a acompanhar o servidor até o seu retorno ao trabalho.

Para ampliar e aprofundar a análise sobre o objeto de estudo proposto neste trabalho os gerentes, os encarregados e os profissionais da equipe interdisciplinar: médico, psicólogo e técnico de segurança no trabalho foram interrogados sobre a contribuição do assistente social para a prevenção de acidente de trabalho na COMARA e obteve-se como respostas, o seguinte:

a) Para os gerentes:

(...) Através de atividades voltadas para a conscientização dos funcionários; como campanhas que ofereçam “bonificações” salariais para os funcionários que se esforçarem para cumprir o previsto acerca

da prevenção de acidentes de trabalho e que o seu nome seja divulgado nos quadros de aviso e nos informativos da Organização;

(...) Realizando as advertências verbais e por escrito para aqueles que deixarem de cumprir as normas de segurança;

(...) Promovendo trabalhos focados na motivação e orientação dos funcionários, além de atividades que promovam o alívio das situações estressantes que os mesmos ficam submetidos durante a execução das atividades;

(...) Palestras de motivação direcionada para os funcionários; Seminários sobre a Prevenção de Acidentes de Trabalho;

(...) Fiscalizando sobre o uso devido do EPI;

(...) Realizando programas de qualificação individual dos funcionários e dos encarregados;

(...) Exigindo que os profissionais saiam da SEDE para os canteiros com todos os EPI;

(...) Realizando as Semanas Internas de Prevenção de Acidentes exigindo a presença dos funcionários, gerentes e dos encarregados;

(...) Ajudando a demitir os funcionários teimosos e irresponsáveis;

(...) Realizando visita nos canteiros durante a alta produtividade tendo autonomia para atuar e tomar medidas preventivas e corretivas de acidente de trabalho.

Esses depoimentos revelam que a visão dos gerentes sobre a intervenção profissional do assistente social na área segurança e saúde do trabalhador na COMARA, apresenta-se bastante distorcida, pois, alguns apontaram que a contribuição do assistente social para a prevenção de acidente de trabalho é pautada em uma prática voltada para a concessão de bonificações e/ ou recompensas por uma ação, que é dever do servidor executar. Outros apontaram que tal a contribuição deste profissional se dá através de punições dos trabalhadores o que torna-se evidente quando ressaltam que a contribuição do assistente social deve ser “a de ajudar a demitir os servidores teimosos e irresponsáveis”.

Esses depoimentos podem expressar os valores existentes em uma Organização Militar, como a COMARA onde existe uma relação de poder fundamentada na hierarquia e no controle ações conforme o pensamento de FOUCAULT (1987), onde o controle seria realizado como forma detalhada e minuciosa sobre os seus gestos, hábitos, atitudes, comportamento; não apenas no caráter punitivo, mas de adestramento. Contudo, não é de competência

profissional do assistente social intervém profissionalmente como os fundamentos baseados na punição ou na concessão de bonificações para uma ação (o uso do EPI), visto que se trata de um que é dever do empregado, conforme previsto na NR – 6 do Ministério do Trabalho e Emprego.

b) Para os encarregados:

(...) Passando mais tempo nos canteiros para acompanhar o dia-a-dia da obra;

(...) Utilizando palestras, campanhas, informando os funcionários quanto a sua importância junto à sua família e quanto à sua saúde é importante;

(...) Mostrando a importância da família, pois isso também pode ser uma medida de segurança emocional;

(...) Promovendo as Semanas Internas de Prevenção de Acidente de Trabalho, além de palestras, reuniões, folhetos com orientações sobre o tema;

(...) Realizando atividades desenvolva a conscientização de todos os níveis da empresa;

(...) Realizando palestras mensais sobre a prevenção de acidentes de trabalho;

(...) Realizando palestras de motivação buscando a conscientização de todos;

(...) Adquirindo filmes atualizados buscando despertar a conscientização para a segurança no trabalho;

(...) Realizando mais campanhas sócio-educativas, devido a rotatividade dos servidores;

(...) Realizando atividades diversas que mostre a importância de se trabalhar com segurança.

Os encarregados dos canteiros e das obras da COMARA, identificam os depoimentos acima que o assistente social realiza ações sócio-educativas para a prevenção de acidente de trabalho como: palestras e Semanas Internas de Prevenção de Acidentes, o que permite afirmar que os mesmos possuem conhecimento acerca do papel do assistente social na área da saúde e segurança do trabalho. Apesar disso, alguns esperam que o assistente social seja agente de motivação e conscientização dos servidores para a prevenção de acidente de trabalho, evidenciando que os mesmos não se identificam como sujeitos de sua própria história.

Como um dos depoimentos dos pesquisados se referiu que a intervenção profissional do assistente social é realizar palestras de motivação de todos para conscientizar sobre a importância do uso do EPI, considerou-se necessário precisar o que pode ser entendido por motivação. Segundo Chiavenato, motivação é:

[...] o desejo de exercer altos níveis de esforço em direção a determinados objetivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer objetivos individuais. A motivação depende da direção (objetivos), força e intensidade do comportamento (esforço), duração e persistência. [...] é o processo contínuo de satisfação de necessidades individuais (CHIAVENATO, 1999, p. 592).

Ora, se tomar por base a concepção sobre motivação segundo o autor mencionado, pode-se afirmar que não é atribuição profissional do assistente social se constituir como agente motivacional e nem conscientizador dos usuários do Serviço Social, pois a conscientização segundo Freire (1980)

É o homem se descobrindo. É a luta para se descobrir a si próprio, interrogando-se e buscando respostas aos seus desejos e observações. (FREIRE, 1980, p.15).

Ou seja, tanto a motivação quanto à conscientização são processos individuais, não sendo atribuição de um profissional efetuar-las para os servidores e sim, cabe do próprio sujeito lutar para conquistar os meios de satisfazer as suas necessidades pessoais (motivação) e descobrir os meios para satisfazer os seus desejos (conscientização). Contudo, cabe ressaltar que ao assistente social compete contribuir para o processo de reflexão sobre as condições materiais de vida desses servidores de forma a criar os meios para a potencialização de lutas sociais e políticas objetivando alcançar os meios para a satisfação de suas necessidades, pois, os homens fazem a sua história em condições determinadas.

Segundo MARX (1987) essas condições correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, a sua história é também a história das forças produtivas que se desenvolvem e são retomadas por cada nova geração e, é conseqüentemente, a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos.

c) Para a equipe interdisciplinar:

(...) Com a realização de palestras e treinamentos na área; com a criação de um programa anual com palestras e treinamentos para os funcionários e gerência; Realização de cursos de qualificação e criação da CIPA (P.1);

(...) Com a realização de campanhas, palestras e atendimento social (M.1);

(...) Na conscientização do trabalhador frente a perda permanente ou temporária da capacidade de trabalho em caso de acidente através de Campanhas Educativas; Treinamentos para capacitar os servidores na atividade exercida seja ela trabalho em altura ou em espaços confinados, explosivos e etc (T.1);

(...) Na conscientização os servidores. (T.2)

Os depoimentos acima revelam que os profissionais da equipe interdisciplinar pesquisada que atuam na segurança no trabalho na COMARA reconhecem as ações realizadas pelo assistente social para a prevenção de acidentes de trabalho, pois, o fato dessa equipe já estar realizando atividades em conjunto com esse profissional é possível definir a atuação do mesmo, exceto o pesquisado identificado como T2 que expressou ser o assistente social, o responsável pela conscientização dos servidores. A criação da CIPA é identificada também por esses profissionais como sendo uma das contribuições do assistente social para a prevenção de acidentes de trabalho, visto que em todas as OM's do COMAER o assistente social é o responsável pela implantação e organização de treinamentos para os membros da CIPA. Na COMARA, a implantação da CIPA ocorreu a partir da iniciativa da assistente social e de articulação com o técnico de segurança do trabalho.

d) Para os dirigentes da Organização:

(...) Trabalhando em conjunto, como já faz, com os técnicos de segurança de trabalho na prevenção de acidente de trabalho. Elaborando programas que vise à conscientização, a identificação e diminuição dos riscos de acidentes nos postos de trabalhadores e nos diversos setores da COMARA. (C1);

(...) A atuação do profissional de Serviço Social é de grande importância, pois deverá atuar conjuntamente em atividade multiprofissional buscando melhorar a qualidade de vida dos funcionários, segurança e saúde, pois muitos estão descontente com os salários e etc.; Cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da segurança no trabalho; palestra de conscientização ao uso dos equipamentos de segurança; Política de Valorização dos funcionários;

Reunião periódica entre os gestores e a equipe multidisciplinar e a participação mais efetiva dos chefes de departamentos na prevenção de acidente de trabalho (A1);

(...) Conscientização dos funcionários através de cursos e palestras nos setores da empresa quanto ao uso adequado dos equipamentos de proteção ao trabalhador; Criação da CIPA (R1).

Os dirigentes da Organização também afirmaram que o assistente social tem uma contribuição importante para a prevenção de acidente de trabalho. No entanto, em alguns depoimentos foi também apontado que, dentre as ações que este profissional realiza estão aquelas de conscientização dos trabalhadores para o uso adequado dos equipamentos de prevenção de acidentes de trabalho e as referentes à Política de Valorização dos servidores seja através de cursos, seja através de treinamentos, seja através de outras ações. Contudo, registra-se que a decisão sobre a implantação dessa Política na Organização é de responsabilidade da administração, cabendo ao assistente social a formulação e implantação de tal política, porém, a relação hierárquica existente na mesma dificulta as ações que não sejam de interesse da administração.

É importante destacar que um dos dirigentes pesquisados referiu-se à participação do assistente social em reuniões da equipe multidisciplinar objetivando o desenvolvimento de ações voltadas para a qualidade de vida dos funcionários. Este depoimento revela que na OM não se desenvolve um trabalho “interdisciplinar”, mas sim multidisciplinar. Tal afirmativa pode ser explicada ao considerar que “cada profissional participar de uma determinada fase do atendimento e emite uma opinião, isto é, o usuário é atendido pelo assistente social que o encaminha para a psicóloga e este direciona para o atendimento medico”. Segundo OKTIZ (2011, p.194 - 1995) a atuação interdisciplinar é aquela que possibilita a interlocução horizontal entre os diversos saberes e práticas sem desconsiderar as particularidades de cada profissão, nem a natureza da contribuição de um cada um dos sujeitos profissionais envolvidos.

e) Para os servidores acidentados:

(...) Garantindo os nossos direitos enquanto trabalhadores. (S1)

(...) Não sei;

(...) Me visitando;

(...) Me levando para o hospital;

(...) Conseguindo que a gente vá para o canteiro como o E. P.I;

Dentre os servidores pesquisados que foram acometidos por acidentes de trabalho verifica-se que os acidentados antes de 2007, não conseguem identificar a contribuição profissional do assistente social para a prevenção de acidente de trabalho, pois, no momento em que os mesmos sofreram o acidente, a atuação do assistente social se dava, em geral, no pós-acidente de trabalho, caracterizando-se pela realização de visitas domiciliares, hospitalares e encaminhamentos para o INSS.

Diferentemente, os servidores que sofreram acidente a partir de 2007 conseguiram identificar as ações preventivas realizadas pelo na assistente social, pois, este profissional passou a mediar às relações estabelecidas entre a chefia e servidores, tendo em vista a garantia dos direitos, a começar pelo direito de trabalhar, seja na Sede seja nos canteiros de obras em condições seguras com o uso do EPI adequado e, em caso de acidentes de trabalho, possibilitar meios para a garantia dos direitos desses servidores, principalmente, porque, durante anos os servidores afastados pelo INSS eram vistos como improdutivos e acabavam sendo demitido devido não terem a estabilidade de 12 (doze) meses prevista na CLT.

Hoje, os servidores afastados só são demitidos por término de contrato, ou seja, quando os mesmos completam os 4 (quatro) anos previstos em Lei. Para assegurar este direito foram desenvolvidas ações profissionais do assistente social mediando as relações entre os servidores e a Organização.

Segundo Pontes (1997)

O Serviço Social constitui-se numa profissão de natureza interventiva, cuja ação se coloca em face das demandas sociais que substanciam a sua intervenção sócio-histórica na sociedade. [...] O Assistente Social realiza sua prática através da rede de mediações, que ontologicamente estrutura o tecido social" (PONTES, 1997, p.155).

Sendo assim, a contribuição da intervenção profissional do assistente social para a prevenção de acidentes de trabalho na COMARA, tem possibilitado a redução do número de acidentes de trabalho, o que beneficia não apenas os servidores, mas a Organização, uma vez que ambos são

prejudicados com a ocorrência dos acidentes. Assim, entre o período de 2007 a 2009 ocorreram 104 (cento e quatro) acidentes, enquanto que nos anos de 2005 e 2006 ocorreram 146 (cento e quarenta e seis) acidentes conforme os Relatórios do setor de Segurança no Trabalho dessa OM.

Para a COMARA as conseqüências do acidente de trabalho impactam em seus aspectos: econômico, jurídico e de clima organizacional da Organização. Sendo estas: o pagamento salarial aos trabalhadores acidentados durante os quinze primeiros dias seguintes ao do acidente; os reflexos negativos no ambiente de trabalho, onde ocorreu o acidente provocando a queda da produtividade; danos ou avarias nos equipamentos, máquinas ou ferramentas que porventura estejam sendo utilizadas pelo trabalhador vitimado; paralisação de uma máquina ou equipamento componente da linha de produção, podendo afetar o processo produtivo como um todo, até que se proceda o reparo ou a substituição da máquina ou equipamentos danificados; prejuízo para a imagem da Organização que dependerá da gravidade do acidente e do grau de repercussão causado na sociedade.

Para o empregado, as conseqüências do acidente de trabalho afetam os aspectos: econômico, físico, social e moral, podendo causar sofrimento físico por meio de dores, lesões, incapacidade parcial ou total, temporária ou permanente ou até a morte; sofrimento psicológico como depressão e conflitos familiares, principalmente, quando o vitimado tenha como seqüela a redução da sua capacidade física que pode estar relacionada com a redução salarial decorrente ou não dos benefícios previdenciários, a busca por um novo contrato de trabalho após o término do vínculo empregatício com a COMARA, pois, o servidor sequelado, em geral, enfrenta dificuldades para conseguir um novo contrato de trabalho.

Como se pode constatar, os índices de acidentes estão reduzindo, gradativamente e o assistente social vem cumprindo a sua tarefa que na atual conjuntura é a de atender as demandas da Organização e dos servidores, pois de acordo com MOTA (2000):

A principal tarefa posta para o Serviço Social na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto de necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes as exigências de sua refuncionalização. (...) Pois com a *Reestruturação Produtiva* novas demandas são postas para o Serviço

Social e que nada mais são do que requisições técnico-operativas que através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos elas comportam uma verdadeira 'teleologia' dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades (MOTA, 2000, p. 25-26).

Para atender a essas demandas pautadas na garantia de direitos aos trabalhadores desta Organização, o Serviço Social em articulação com a equipe interdisciplinar elaborou a proposta de criação da CIPA, a qual foi aprovada pelo Vice-Presidente; realizou o Treinamento de Prevenção de Acidente para membros da CIPA, assim como, apresentar a proposta de criação de uma seção de segurança do trabalho nessa Organização, onde os profissionais passaram a atuar em conjunto, efetivamente, além da implantação da proposta de programas previsto nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego: (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil - PCMAT).

Embora tenha ocorrido avanço na compreensão acerca do trabalho realizado pelo assistente social nesta OM, ainda é muito forte a concepção dos servidores de que o assistente social tem sua prática fundamentada na concessão de benefícios sociais e na área da segurança do trabalho cuja intervenção profissional se fundamenta no pós-acidente de trabalho, o que repercute negativamente no avanço da prática a partir de uma perspectiva preventcionista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a classe trabalhadora, organizada em sindicatos, ao longo do século XX, tiveram significativas conquistas trabalhistas como: redução da jornada de trabalho, pagamento de hora-extra, 13º salário, Fundo de Garantia (FGTS), Seguro Desemprego, entre outros. Contudo, a partir da década de 70, o modelo de produção adotado pelos países capitalistas começa a entrar em crise e a sua expressão mais evidente se configura na elevação do índice de desemprego em nível mundial, levando as empresas, em geral, a reestruturarem os processos de produção e de organização do trabalho com a assimilação de técnicas mais flexíveis.

Com efeito, as empresas sejam elas públicas ou privadas, têm passado a admitir profissionais a fim de contribuir com a operacionalização das novas formas de organização do trabalho, passando a desenvolver vários programas para responder as demandas postas para a profissão, dentre eles destacam-se aquelas voltadas para o desenvolvimento de ações sócio-educativas visando à prevenção de acidentes de trabalho como: treinamentos, palestras, cursos, campanhas de saúde e etc., pois se as empresas não investirem em segurança do trabalho, implantando políticas de segurança e programas efetivos de prevenção às doenças ocupacionais, os índices de acidente continuarão aumentando.

Segundo o último anuário estatístico do Ministério da Previdência Social foram 653.090 (seiscentos e cinquenta e três mil e noventa) ocorrências de acidentes do trabalho em 2007 contra 512.232 (quinhentos e doze mil, duzentos e trinta e dois) registros em 2006, ou seja, mais de 140 (cento e quarenta) mil novos casos de acidente do trabalho em todo o país. Para o secretário de saúde do Sindicato Walcir Previtalo “esses dados revelam que a questão dos acidentes de trabalho é um problema social e que só será resolvido com a introdução de políticas públicas, que valorize a prevenção e a promoção da saúde em todos os ambientes de trabalho, que o Estado realize ampla fiscalização nas empresas e que seja regulamentado o Fator Acidentário de Prevenção para taxar os setores que mais adoecem os trabalhadores.”⁴

⁴ Informações disponíveis no site: <http://www.previdenciasocial.com.br>. Acesso em 01.02.2010.

Embora o trabalho do assistente social em articulação com as ações voltadas para a segurança do trabalho seja importante para a prevenção de acidente de trabalho na COMARA, a sua contribuição ainda é vista, principalmente na COMARA que é uma Organização Militar, onde os princípios da disciplina e a submissão a hierarquia predominam, a partir de um enfoque assistencialista baseado na concessão de benefícios sociais, mesmo que no COMAER através da orientação da SDEE já possam ser identificados alguns avanços à medida que a intervenção profissional ampliou o foco da intervenção profissional. Como exemplo destacam-se os 5 (cinco) programas: Programa de Promoção Familiar, Programa de Proteção à 3ª Idade, Programa de Benefícios Sociais, Programa de Recursos Humanos e o Programa de Cultura e Lazer, ainda predomina programa voltado para a concessão de benefícios sociais.

Contudo, na área da segurança do trabalho a intervenção profissional do assistente social se dá de forma paliativa no pós-acidente de trabalho e as ações preventivas é algo novo para este profissional e, mais ainda, para uma Organização Militar onde só a partir de 2007 o assistente social passou a intervir sob uma perspectiva prevencionista e interdisciplinar pois, anteriormente a este período, os profissionais realizavam a sua intervenção de forma isolada.

A pesquisa revelou que a intervenção do assistente social na COMARA a partir de 2007 passou a ser realizada com base no trabalho de uma equipe interdisciplinar formada pelo assistente social, psicólogo, médico e técnico de segurança, estando as suas ações voltadas para a realização de campanhas educativas, campanhas de vacinação, semanas de prevenção de acidentes, e treinamentos. Além da formação da CIPA que foi proposta por este profissional, e em julho deste ano foi realizado o treinamento para os membros da CIPA, tendo como participantes os gerentes, encarregados, equipe interdisciplinar e os próprios servidores, o que tem possibilitado a redução do número de acidente de trabalho.

Através destas campanhas o índice de acidentes reduziram, e aqueles que ocorrem são caracterizados como acidentes leves não deixando seqüela aos servidores, contribuindo para que ao término do contrato de trabalho os mesmo tenham condições de concorrer a uma vaga no mercado de trabalho. Para a redução destes índices fez-se necessário um trabalho educativo com os

gerentes e encarregados que reconheceram, principalmente, após o treinamento quando os mesmos tiveram acesso a conteúdos voltados para a segurança no trabalho sobre a importância de um trabalho conjunto dos mesmos com a equipe interdisciplinar.

Apesar dos avanços obtidos no que tange à contribuição do serviço social na prevenção de acidente de trabalho muitos servidores que procuram atendimento realizado pelo assistente social torna-se difícil a redução dos acidentes de trabalho, pois estes são pressionados para a conclusão da obra, pois, embora os mesmos estejam realizando nos canteiros de obra apenas a carga horária prevista no contrato de trabalho que é de 8 (oito) horas, diariamente, o ritmo de trabalho ainda é bastante intenso uma vez que a realização da obra depende do clima e nos períodos de pouca chuva essa carga horária acaba sendo ultrapassada.

Para o serviço social durante este período houve avanços como: a realização de campanhas preventivas e sócio-educativas, treinamentos, a criação da CIPA, a elaboração dos programas previsto pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a conquista de um espaço profissional, pois atualmente o serviço social não tem apenas um espaço físico adequado, mas a Organização reconhece a importância deste profissional para o cumprimento da missão.

Segundo Cesar (2000)

O assistente social, pelo reconhecimento de seu trabalho integrativo e requisitado a atuar na área de RH para satisfazer as necessidades humanas, contribuindo para a formação da sociabilidade do trabalhador de modo a colaborar na formação de um comportamento produtivo compatível com as atuais exigências das empresas. Essas exigências sugerem que o serviço social é considerado pelas empresas, como um instrumento promotor da adesão do trabalhador às novas necessidades destas. (CESAR, 2000, p.126)

Assim, além de atuar na prevenção de acidente de trabalho, o assistente social é de mediador das relações entre chefia e servidores. Seu papel é concebido como interlocutor da ação social prevista pelo COMAER, mediando os conflitos e tensões estando as suas ações associadas ao repasse de informações para as chefias, seja na Sede, ou nos canteiros de obra; colocando

a disposição informações que respondam aos novos parâmetros da Organização.

No entanto, pode se tratar de uma Organização Militar, onde predomina a hierárquica e a relação de poder o serviço social tem enfrentado certos obstáculos para consolidar-se como uma área de saber e uma profissão, principalmente, quando avança na intervenção do pós-acidente de trabalho para intervir na prevenção. Além disso, o contrato de trabalho do assistente social nessa Organização encerrará no ano de 2011, colocando-se em questão a continuidade das ações que expressam conquistas profissionais, sobretudo pela correlação de forças sociais e políticas que se apresentam distintas para o enfrentamento desta situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABESS/ CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. Serviço Social & Sociedade, XVII (50): 143-71. São Paulo: Cortez, abr.1996, p.154-155.

ALVES, Giovani. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios da sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007, p.114-115.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho. In <http://www.itcp.usp.br/drupalfiles.itcp>. Acessado em 01 de junho de 2010.

ARAÚJO JÚNIOR, Francisco Milton. Doença Ocupacional e Acidente de Trabalho: análise multidisciplinar. São Paulo: LTr, 2009. p.15.

BEHRING, Elaine Rossetti. O Brasil em Contra – Desestruturação do Estado e Perda de Direitos Sócios. São Paulo, Cortez. 2003, p. 170.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. 9ª edição. São Paulo, Atlas.1997

_____. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

_____. ICA 161-1 de 22 Fev 2006 – Gestão dos Recursos da Assistência Social. Comando da Aeronáutica.

_____. ICA 163-1 de 22 Fev 2006 – Instruções Reguladoras das Ações Sociais do COMAER. Comando da Aeronáutica.

CARMO. José Carlos do. ALMEIDA. Ildeberto Muniz de. BINDER. Maria Cecília Pereira. SETTIMI. Maria Maeno. Acidentes de Trabalho. IN. MENDES. René (org.). Patologia do Trabalho. RJ: Editora Atheneu, 1995, p. 434-437.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e Reestruturação Industrial: Requisições, competências e condições de trabalho. IN. MOTA. Ana Elizabete (Org.). A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social - 2ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 23 – 180.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 592).

FLEURY, S. Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FREIRE, L.M.B. O Serviço Social e a Saúde do Trabalhador diante da Reestruturação Produtiva nas empresas IN. MOTA. Ana Elizabete (Org.). A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social - 2ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 23 – 180.

_____, Paulo. Conscientização. São Paulo: Moraes, 1980, p.15

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 8. ed. Trad. Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social – 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Yolanda. O Serviço Social frente á crise contemporânea: Demandas e perspectivas. Revista Polêmica nº 3 – Maio de 2001.

GONH. Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros. 2ª edição; São Paulo. Editora Loyola, 2001, p. 126-127

IAMAMOTO. M. V. e CARVALHO. R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico – metodológico. 14ª edição. São Paulo: Cortez. 2000, p.37

_____, O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 3ª ed, 2005, p.37 - 60

MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. O processo de produção do capital, 1971, p. 297 – 298.

MARX, K. E ENGELS, F. (1987) A Ideologia Alemã (Feuerbach), Hucitec, São Paulo.

MONTANÔ, Carlos E. “O Projeto Neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do Terceiro Setor in <http://www.pucsp.br/neils/downloads/>. Acessado em 02 de maio de 2010.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social - 2ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.25-26.

NOGUEIRA, V.M.R. A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área da saúde. Revista Katálisis, Departamento de Serviço Social da UFSC, nº 01, junho / 1997, Florianópolis, a. 40-48.

OLIVEIRA, Regina Márcia Rangel de. A abordagem das lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho – LER/DORT no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo – CRST/ES [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001. <http://portalteses.icict.fiocruz.br/>. Acessado em 02 de maio de 2010.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica á Saúde do Trabalhador. 3ª ed. São Paulo: Ler, 2001, p. 205.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. O Trabalho do Assistente Social no SUAS. IN: Seminário Nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para avançar na luta. Brasília: CFESS, 2011.

PEREIRA, Potiara A. P. “Conceitos e Funções da Assistência Social”. Série Política Social em Debate nº 5, jun.1991. Universidade de Brasília – UNB

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 155.

RODRIGUES, M.L. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 1995, p. 152 – 158.

ROLO, João. Sociologia da Saúde e da Segurança no Trabalho. IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra, 2000. Site www.aps.pt/ivcongresso-actas/acta198pdf. Acessado em 30 de março de 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. A Assistência Social Brasileira: Descentralização e Municipalização/ Aldaíza Sposati; Maria do Carmo Falcão – São Paulo: EDUC, 1990, p.13 a 21.

VASCONCELOS, Ana Maria de. A Prática do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008, p. 88 – 94.

VIEIRA, Sebastião Ivone. Introdução á Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. Medicina Básica do Trabalho. Volume II. Curitiba: Gênese, 1994. p.28.

WEBSTER, Marcelo Fontanella. Princípios de Segurança e Higiene e Medicina do Trabalho. Medicina Básica do Trabalho. Volume V. Curitiba: Gênese, 1996. p. 265.